

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA
(A DISTÂNCIA)

Ano de implementação: 2017

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

A educação a distância tornou-se realidade na Universidade Federal de Santa Maria em 2005 quando houve o credenciamento para essa modalidade educacional e autorização para o Curso de Graduação a distância em Educação Especial iniciar sua oferta juntamente com o Curso de Especialização a distância em Educação Especial.

A partir desse ano, foram ofertados mais três edições. De 2010 a 2013 o Curso foi ofertado para os polos de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, Três Passos e Santana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul. De 2012 a 2015, o Curso foi desenvolvido nos polos de Novo Hamburgo, Balneário Pinhal e Sobradinho, e, concomitante a essa oferta, atendendo a uma solicitação do Ministério da Educação (MEC), houveram três turmas do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), nos polos de Novo Hamburgo, Balneário Pinhal e Santa Vitória do Palmar. Em 2014, oferecemos novas turmas do Curso nos polos de Três Passos, Agudo, Porto Alegre, Santa Vitória do Palmar e Vila Flores.

Levando em conta as discussões e reflexões que permearam toda a oferta do Curso, promovidas pela Coordenação com os professores que atuaram nas diferentes disciplinas, a avaliação dos alunos, tutores presenciais e a distância, Coordenadores de polos presenciais e nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado do Curso, apresentamos o Projeto Pedagógico para uma nova oferta do Curso de Educação Especial – Licenciatura (a distância).

Este Projeto Pedagógico de Curso tem por base o Projeto Pedagógico anterior, com as alterações decorrentes da avaliação da oferta e do processo de desenvolvimento das ações que materializaram o Curso que ora é concluído, o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSM.

A organicidade de um Projeto Pedagógico de Curso pressupõe sua construção e reconstrução permanente. Isto permite uma constante reflexão, notadamente na sua estrutura curricular. Assim, aliados à avaliação processual já referida e a própria implementação da reforma curricular do curso presencial de Educação Especial, com estrutura curricular que apresenta semelhanças com o curso a distância, formulamos alterações com o objetivo de aperfeiçoamento acadêmico e consequente qualificação deste Curso. E essas alterações foram na carga horária total do Curso, supressão e construção de novas disciplinas, mudanças na sequência curricular, de tal forma que se configurou em uma reforma curricular.

E é esta reformulação curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Educação Especial – Licenciatura (a distância) que ora apresentamos às instâncias adequadas da Universidade Federal de Santa Maria para a tramitação correspondente.

JUSTIFICATIVA

As transformações da sociedade, especialmente a brasileira, colocam a necessidade de pensar a educação como um processo no qual as diferentes situações possam oportunizar uma melhoria da qualidade de vida para todos, assim como um sistema educativo preparado para dar conta de toda a demanda escolar existente hoje. Toda a humanidade constitui-se de pessoas diferentes nas suas concepções e modelos, porém iguais em direitos e responsabilidades.

Assim, com essa realidade presente, torna-se imprescindível que a Educação Especial repense a prática até então implementada com os seus alunos, bem como com a formação dos professores que irão atuar com essas crianças, jovens e adultos que, por algum motivo, estão em situação de não-aprendizagem. Os fundamentos legais para a formação de professores, especialmente no que trata a Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001, recomendam a necessidade de trabalho pedagógico específico com os alunos da Educação Especial.

O Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Santa Maria é o documento balizador do Projeto Pedagógico de Curso. Nesse sentido, cabe ressaltar que o mesmo refere-se à função social da Universidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa instituição pública tem o compromisso de ajustar-se às demandas e às modificações da sociedade, na medida em que essa evolui, e se transforma de acordo com a evolução científica e tecnológica. As estratégias que possibilitam a superação do que está proposto como um compromisso acadêmico e social é uma responsabilidade assumida para superação das desigualdades e desumanidades sociais. Assim, o Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Santa Maria e a legislação específica para a formação de professores em Educação Especial balizam as diretrizes do que é proposto a seguir.

Ressaltando o aspecto legal para a construção deste Projeto Pedagógico de Curso, foi tomado como referência a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Especificamente, o parágrafo único do artigo 7º que sinaliza a articulação do PPC com o PPI e o PDI levando em conta as diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

- I – estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;
- II – desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;
- III – planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;
- IV – participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
- V – análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;
- VI – leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;

VII – cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII – desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX – sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

Ainda, consoante o predisposto pelo artigo 5º da Resolução acima citada, o(a) egresso(a) deverá ter uma formação que conduza:

I – à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II – à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III – ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica;

IV – às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V – à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI – ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes;

VII – à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

VIII – à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX – à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

A principal ênfase a ser destacada é em relação, não só com a necessidade de contextualização do que foi sinalizado como pertinente à formação do professor, mas com a aproximação com a formação específica na Educação Especial. Essa formação específica também tem a necessidade de ir além, avançando não só na especificidade de cada condição contemplada na formação (surdez e deficiência mental), mas numa inserção cultural, social, política e econômica da educação, que se reverterá numa possibilidade de conhecimento mais amplo do desenvolvimento humano.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A Declaração Mundial de Educação para Todos realizada em Jontiem/Tailândia (1990) e os postulados da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade (Salamanca/Espanha, 1994), que embasaram as políticas públicas atuais no nosso país, entre outras recomendações, preconizam que todas as crianças, mesmo as com características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem próprias, têm direito fundamental à educação; a escolarização em escolas especiais ou classes especiais na escola regular àquelas crianças que não se beneficiem, mesmo temporariamente, em escola regular; a capacitação de professores especializados, com núcleo comum que abranja todos os tipos de deficiência, antes da especialização numa categoria particular de deficiência.

Os alunos com necessidades educacionais especiais¹ são considerados pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) os que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagem e códigos aplicáveis; altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. Destaca-se que os alunos da Educação Especial têm necessidades educacionais especiais, embora esse conceito não se restrinja a esse grupo de alunos. A partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e legislação vigente, consideram-se alunos da Educação Especial aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A crítica que se fazia (e ainda se faz) à classe especial em escola regular e às escolas especiais, como prática dominante no processo educacional dos alunos da Educação Especial, é que essa conduta reforçava a exclusão escolar e, em consequência, a exclusão social, destacando o preconceito em relação a essas pessoas. Tal situação era reforçada pela ausência de conteúdos sobre Educação Especial nos cursos de formação de professores, para todos os níveis de ensino.

A Educação Especial, enquanto subsistema de ensino, contribuiu muito para que a escola se isentasse de sua responsabilidade, pois, na prática, sempre se configurou como um sistema desvinculado da educação regular, o que levou à concepção de que os alunos da Educação Especial necessitariam de um atendimento especial em classes ou escolas especiais, com professores especializados. Tal concepção reforçou a idéia de que o ensino especial deve atender somente a esses alunos em ambientes segregadores.

Na década de 80, iniciou-se a prática do que se convencionou chamar de integração escolar, considerando as classes especiais como forma de integração parcial para preparar o aluno para a inserção definitiva nas classes comuns do ensino regular. O aluno deveria desenvolver competências suficientes para poder acompanhar o currículo

desenvolvido na classe comum, ou seja, o aluno deveria adequar-se a escola, numa via de mão única, com a escola mantendo-se inalterada diante das exigências de transformação e adaptação para atender esse aluno.

As críticas que se tecem a essa forma de integração é a condicional forma de inserção, que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação a serviços mais integradores, seja em uma sala regular de ensino ou mesmo nas classes especiais. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, na qual a escola não procura recursos educacionais inovadores para se adaptar às necessidades educacionais apresentadas pelos alunos.

Atualmente, pretende-se a ruptura com a ideologia da exclusão, através de políticas públicas que privilegiem a inclusão. A inclusão social pressupõe o ideal de igualdade de oportunidades para todas as pessoas em todos os setores indiscriminadamente.

A legislação brasileira, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9394/96, sinaliza o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente em classes comuns nas escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

A formação de professores nesta área sempre foi um dos desafios mais importantes no cenário educacional. As reformas educacionais da década de 80 tiveram seu marco institucional na Constituição Brasileira, com um capítulo específico sobre educação. A partir daí, houve a necessidade de uma Lei para regulamentá-la, que resultou na LDBEN nº 9394/96, a qual promoveu diversas mudanças no cenário educacional. Dentre elas, ressaltamos como uma das mais significativas, a exigência de formação em nível superior para os professores de todas as etapas de ensino.

O perfil profissional sinalizado pela LDBEN nº 9394/96, independente do tipo de docência (multidisciplinar ou especializada, por área de conhecimento ou disciplina), ressalta as incumbências do professor (Art. 13), e reserva um capítulo (Título VI) específico para a formação de professores. No Capítulo V, da Educação Especial, o Art. 59, inciso III, assegura professores especializados aos educandos com necessidades especiais pelos sistemas de ensino.

A formação de professores para a Educação Especial deverá levar em conta o Parecer CNE/CEB nº 17, aprovado em 03 julho de 2001, que embasou a Resolução CNE/CEB nº 02/2001.

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001, aponta para a necessidade de formação de recursos humanos capacitados e especializados em Educação Especial. À Universidade cabe a formação de professores especializados, que, por opção, definiu-se pela formação em cursos de graduação – licenciatura, considerando o art. 18, em seu parágrafo 2º:

são considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais, para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor da classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Na perspectiva da LDBEN nº 9394/96, a Educação Especial insere-se nos diferentes níveis da educação escolar: Educação Básica (que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio) e Educação Superior. As demais ações da Educação são classificadas, segundo a lei, como modalidades da educação escolar que são: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Indígena e Educação Especial.

A Educação Especial, como as demais modalidades de ensino, poderá ocorrer na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior. Daí a necessidade de um curso que busque proporcionar a formação do educador especial especializado para atuar nos sistemas de ensino, mais precisamente na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental¹.

Com a compreensão de que o uso de procedimentos metodológicos adequados é um dos meios para evitar o fracasso dos alunos da Educação Especial na escola, e que essa possibilidade tem a ver com a formação do professor, porque de sua formação depende sua atuação profissional, considera-se que, para a formação do professor crítico e reflexivo, é a universidade, em nível superior, o lugar da formação. Propomos, então, um Curso de Graduação de Educação Especial na modalidade de Licenciatura, modalidade essa que pode acontecer nos diferentes níveis da educação escolar. Num movimento contrário à expansão de cursos sequenciais na área da Educação Especial, ressaltamos a importância da oferta deste Curso de Educação Especial - Licenciatura, tanto pelos conhecimentos básicos da formação de professores, quanto pelos conhecimentos específicos, principalmente na articulação desses conhecimentos na atuação do educador especial na Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

A Universidade Federal de Santa Maria vem formando recursos humanos para atuarem na Educação Especial desde 1962. Na oportunidade, ofereceu dois Cursos de Extensão para formação de professores de deficientes auditivos². A partir de 1964, a formação de professores para deficientes auditivos passou a ser obtida por meio de estudos adicionais, em convênio com o Instituto de Educação Olavo Bilac, em Santa Maria – RS. Em 1974, face à Resolução nº 07 de 1972 do Conselho Federal de Educação, foi implantada a Habilitação Específica em Deficientes da Audiocomunicação do Curso de Pedagogia - Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

No que se refere à formação do professor para deficientes mentais, o Centro de Educação, por analogia, embora a Resolução nº 07 de 1972 fizesse referência somente ao deficiente auditivo, ofereceu, em 1975, a Habilitação Específica em Deficientes Mentais vinculada ao Curso de Pedagogia. Sob a orientação do Conselho Federal de Educação, com base na Indicação de nº 71 de 1976 e do Parecer nº 552/76, o Centro de Educação reestruturou essa habilitação, transformando-a em Curso de Licenciatura Curta.

O Curso de Formação de Professores para a Educação Especial – Habilitação em Deficientes Mentais, como Licenciatura Curta, foi oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria nos anos de 1977 e 1978 passando, em 1979, de acordo com estudos realizados pelo Colegiado e solicitação de professores e alunos, à Licenciatura Plena, sendo essa modificação homologada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, constante no Parecer nº 144/78.

O currículo foi elaborado com base na Indicação de nº 71/76 do Conselho Federal de Educação, contendo uma carga horária de 2.550 horas, distribuídas em sete semestres, com trinta e duas disciplinas obrigatórias totalizando 144 créditos. O Curso de

Formação de Professores de Educação Especial – Licenciatura Plena – Habilitação em Deficientes Mentais foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação com base no Parecer de nº 1.308/80.

Diante da não homologação da Indicação nº 71/76 e do Parecer CFE nº 552/76, a formação do Professor para Deficientes da Audiocomunicação continuou a ser feita em Habilitação do Curso de Pedagogia. O desvinculamento ocorreu somente após a reestruturação do Centro de Educação, e que, em 1983, resultou na também reestruturação dos Cursos de Pedagogia e Educação Especial – Habilitação Deficientes Mentais.

A reestruturação do Centro de Educação propôs a criação de duas novas Habilitações no Curso de Pedagogia: Magistério para a Pré-Escola e Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Magistério para as Séries Iniciais e Matérias Pedagógicas do 2º Grau. Também a reestruturação do Centro propôs a reformulação do Curso de Educação Especial na Habilitação em Deficientes Mentais e a criação da Habilitação em Deficientes da Audiocomunicação no Curso de Educação Especial.

A reformulação proposta foi justificada com base na avaliação da eficiência dos currículos vigentes, nas condições do mercado de trabalho e nas diretrizes legais vigentes. Naquele momento, a base legal era a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus – Lei nº 5692/71, mais o Parecer 431/83 do Conselho Federal de Educação, que analisou o contexto da Lei nº 7044/83 no que se refere a formação do professor para o ensino de 1º e 2º Graus.

A Educação Especial tem destaque tanto no conteúdo da legislação como no discurso de educadores e especialistas que enfatizam a preocupação com a formação do professor para a Educação Especial. O Conselho Federal de Educação se pronunciou sobre o assunto, por meio do Parecer nº 848/72. Este documento deixa registrado que a Educação Especial é uma responsabilidade de todos, mas que há uma necessidade de mudança de concepção e de atitudes quanto ao ensino de pessoas deficientes. Assim, busca-se a formação do professor especializado, que deve ter exclusivamente um sentido pedagógico. Um professor que, a partir de então, tem sua formação com o objetivo de ser apto a responder ao que propõe o Parecer CFE nº 848/71 que tem como principal meta a normalização progressiva dos alunos com deficiência. Ainda o Parecer CFE nº 552/76, preconizou que a formação do professor para a Educação Especial deve ser em nível de 3º Grau³, em habilitação ou em curso específico.

Com pressuposto no que já vinha acontecendo na Universidade Federal de Santa Maria desde 1963, houve a compreensão que um curso seria a possibilidade que melhor condição favoreceria a formação do professor.

Ouvidos os alunos, suas manifestações por meio do Colegiado foram de que a reformulação proposta traria benefícios, tanto para sua formação, como para o ingresso no mercado de trabalho.

Assim, as necessidades normativas somadas às aspirações dos alunos, permitiram que o Curso de Educação Especial tivesse sua reestruturação curricular, transformando-se em Licenciatura Plena, sendo reconhecido como tal através do Parecer

CFE nº 1308/80, e homologado esse reconhecimento pela Portaria nº 141/81 do Ministério da Educação e Cultura. O encaminhamento do processo para reestruturação dos Cursos de Educação Especial – Habilitação em Deficientes Mentais e Pedagogia – Habilitação em Deficientes da Audiocomunicação, reunindo esses dois num mesmo Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, com Habilitação em Deficientes Mentais e Deficientes da Audiocomunicação, aconteceu em 1982. A aprovação foi por meio do Parecer CEF nº 65/82. A partir de 1984, os ingressantes passaram a frequentar o Curso de Educação Especial na Habilitação Deficientes Mentais ou na Habilitação Deficientes da Audiocomunicação.

Essa formação tem ocorrido até então juntamente com a prestação de serviços à comunidade, visto que, desde 1980, existe o serviço de extensão em Educação Especial, que funciona no Centro de Educação constituindo um contexto de estágio dos acadêmicos do Curso de Educação Especial.

O Curso de Educação Especial nas habilitações Formação de Professores para Deficientes Mentais e Formação de Professores para Deficientes da Audiocomunicação visava, respectivamente, formar professores para a educação de deficientes mentais e para a educação de deficientes da audiocomunicação, instrumentalizando-os para atuarem em escolas e classes especiais, em serviços de atendimento ao deficiente mental e deficiente da audiocomunicação e em instituições, nas áreas de ensino, de ativação e de avaliação do deficiente mental e deficiente da audiocomunicação.

O Curso de Educação Especial na Habilitação Formação de Professores para Deficientes Mentais estava constituído de um currículo com uma carga horária de 3.690 horas aula, distribuídas em oito semestres letivos, e a habilitação Formação de Professores para Deficientes da Audiocomunicação constituía-se de um currículo organizado numa carga horária de 3.615 horas aula, distribuídas em oito semestres letivos. No Curso, eram disponibilizadas 20 vagas por habilitação com ingresso único e meio de acesso pelo vestibular e o Programa Experimental de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES).

A reestruturação do currículo que deu origem ao Curso de Educação Especial hoje em vigência decorreu da necessidade da formação do professor que até então acontecia por meio de cursos emergenciais. Com a Reforma do Ensino – Lei nº 5692/71, busca-se, então, a formação do professor apto a responder à tônica do Parecer CFE nº 848/72, que é a normalização progressiva dos alunos com deficiência. O Parecer CFE nº 552/76 determina que a formação seja realizada em nível de 3º Grau, em habilitação ou em caráter de curso.

O mercado de trabalho encontrava-se aberto e a necessidade era evidente visto que muitos professores estavam atuando sem habilitação. Hoje há uma nova legislação que trata da formação do professor em nível de graduação, que é a LDBEN nº 9394/96. A Educação Especial, até então tida como um subsistema da Educação Geral, passa a ser uma modalidade de ensino que perpassa todo o sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, cria-se a necessidade não só de pensar no professor como o fomentador do processo, mas também se faz necessário compreender a demanda que favorece a atuação profissional desse professor que, dentre outras responsabilidades, tem o compromisso com a inclusão dos alunos da Educação Especial.

Assim, todas as ações decorrentes do currículo, necessariamente, constituirão momento de desequilíbrio, que resultarão na formação de um profissional crítico e com espírito investigativo. Com essa intenção, o objetivo é proporcionar ao acadêmico em formação a compreensão de que a construção do conhecimento é um meio de confronto com sua singularidade.

A reestruturação do Curso de Graduação em Educação Especial, que teve sua primeira oferta em 2004, realizou-se a partir de princípios, objetivos e metas para torná-lo significativamente diverso daquilo que fora até meados desta década. Essa

reestruturação propôs mudanças substanciais para que o professor se tornasse um conhecedor daquilo que constitui as características diferenciadas dos alunos nas suas necessidades especiais, bem como conhecedor de conteúdos que lhe possibilitasse ser um professor de Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental. E, em 2007, foram propostas algumas alterações na matriz curricular para efetivação imediata, o que ocorreu a partir do primeiro semestre letivo de 2008.

Em agosto de 2005, iniciou-se o Curso de Educação Especial na modalidade a distância, com oferta para três polos – Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana, com quarenta alunos em cada polo, totalizando cento e vinte alunos. Desses, concluíram o Curso noventa e nove alunos e para quatro que foram reprovados no último estágio, sendo que foi oferecida nova turma no segundo semestre de 2009, com três alunas aprovadas e uma reprovada no final do semestre. Percebe-se, então, uma evasão de cerca de quinze por cento de alunos, o que é um índice baixo considerando-se qualquer graduação. Este curso, que foi ofertado como um projeto piloto, possibilitou o credenciamento da Universidade Federal de Santa Maria na modalidade de ensino a distância.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância tornou-se um meio viabilizador para as questões emergentes na área, no qual os beneficiários terão a oportunidade de ter conhecimentos necessários à implementação de práticas educacionais inclusivas. Nesse novo cenário que se apresenta, o conceito de educação a distância ganha força tornando-se uma oportunidade de democratização do acesso ao Ensino Superior, uma vez que permite vencer barreiras geográficas, físicas e financeiras. É considerada uma forma de democratizar o conhecimento, um instrumento de conquista da cidadania, que abre e amplia o seu campo de aplicação, por constituir-se alternativa rápida e eficiente de atendimento a um público muito maior do que aquele que pode ser atingido com a educação formal, presencial.

Considerando a urgência e necessidade de formar educadores críticos e reflexivos visando à criação de ambientes realmente inclusivos, percebemos a educação a distância como uma alternativa para a formação desses profissionais.

Assim, por meio desse ambiente, pode-se criar uma rede de aprendizagem na qual, professor, mediadores (tutores) e alunos interajam constantemente, tornando possível ampliar os conceitos relacionados ao currículo proposto, desenvolver competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e à sua própria vida, de forma significativa e contextualizada. Nesse sentido, este Curso busca transformar os educadores e seus respectivos alunos em autores e construtores ativos de seu próprio conhecimento com o uso da tecnologia.

Além disso, esse ambiente possibilita o desenvolvimento de atividades, por meio de vários recursos (materiais impressos, radiofônicos, televisivos, videoaulas, dentre outros), propiciando que se verifique a participação, os avanços e as dificuldades, no intuito de dar o máximo de subsídios aos profissionais envolvidos, permitindo um melhor acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, buscando despertar e manter o interesse dos alunos, e incentivar as relações sociais, de modo que possam aprender uns com os outros em um ambiente colaborativo. Assim, mesmo a distância, o professor

pode manter-se permanentemente informado sobre o desenvolvimento dos alunos, intervindo nos momentos adequados, a fim de mediar a aprendizagem de modo interativo.

Vale ressaltar que a maioria dos cursos de formação a distância está reproduzindo as abordagens tradicionais de ensino presencial, transmitindo informações e esperando que a mesma seja transformada em conhecimento pelo aluno, esquecendo-se de criar condições para que esta construção aconteça. Segundo Valente, isso está fazendo “com que o aluno sinta-se frustrado, sentindo-se sozinho – provavelmente algumas das causas que podem explicar a alta taxa de evasão dos cursos de educação a distância” (VALENTE, 2003, p. 139).

Nesse sentido, Prado & Valente (2002) afirmam que as abordagens podem variar entre dois extremos: a *broadcast*, que usa os meios tecnológicos para entregar a informação aos aprendizes. Neste caso, não há interação entre professor-aluno e tão pouco entre alunos. No outro extremo, está o acompanhamento e o assessoramento ao processo de construção do conhecimento mediada pela tecnologia, o que temos denominado de “estar junto virtual” (PRADO & VALENTE, 2002).

Assim, propiciamos que o professor possa atuar como um mediador do conhecimento, usando todos os recursos disponíveis no ambiente de aprendizagem para que seja possível realizar intervenções nos trabalhos pedagógicos em desenvolvimento, tornando possível a construção do conhecimento nos locais de trabalho dos alunos, permitindo estimular e acompanhar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que favoreçam o trabalho colaborativo entre os alunos, favorecendo a inclusão.

No entanto, para o professor atuar com qualidade, torna-se necessário o auxílio de um mediador técnico-pedagógico para ajudá-lo a buscar e a criar condições para acolher e tornar o aluno autossuficiente. Ele é um conciliador, aquele sujeito que traça o perfil completo do aprendiz para o professor, oportunizando a criação de circunstâncias para que o diálogo se estabeleça de acordo com a realidade e contexto dos alunos. Portanto, ele tem um papel fundamental, pois favorece um maior envolvimento no curso a distância, dando respaldo na atuação do professor, visto que este especialista geralmente não dispõe de muito tempo para acompanhar o aprendiz constantemente.

Enfim, busca-se a realização de um trabalho que favoreça o compromisso ético daquele que educa a distância, propiciando o desenvolvimento de um projeto humanizador e contextualizado, privilegiando a individualidade dos alunos em um processo educacional de qualidade.

Como já referido anteriormente, a oferta de um curso de graduação em Educação Especial na modalidade a distância permitiu que a Universidade Federal de Santa Maria fosse credenciada e autorizada a ofertar novos cursos nessa modalidade.

Considerando o pioneirismo bem sucedido do Curso de Educação Especial que concluiu a primeira turma ofertada como um projeto piloto no ano de 2009, a segunda turma concluída no ano de 2013, mais uma turma com conclusão prevista para o ano de 2015, a não oferta de cursos na área por outras Instituições Federais de Educação Superior (com exceção da Universidade Federal de São Carlos/SP), a demanda expressiva de alunos da Educação Especial sem atendimento especializado pela insuficiência de professores qualificados para tal e a consequente demanda por profissionais na área da Educação Especial, optou-se por nova oferta do Curso de Educação Especial - Licenciatura na modalidade a distância.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCUS DA OFERTA

O Curso será implementado nos seguintes municípios polos, em oferta prevista para o primeiro semestre de 2016: Santana do Livramento, Novo Hamburgo e Santo Antônio da Patrulha, no Estado do Rio Grande do Sul e Foz do Iguaçu no Estado do Paraná. A escolha desses municípios polos prende-se ao fato de:

- a insuficiência de recursos humanos para Educação Especial com formação em nível superior;
- a qualificação dos professores, principalmente para trabalhar na inclusão de alunos da Educação Especial, considerando a demanda existente;
- o número expressivo desses alunos sem atendimento especializado, porque não há professores em condições de atendê-los;
- a existência de uma infraestrutura para a oferta do Curso de Educação Especial – Licenciatura (a distância) em polos já constituídos e estruturados.

OBJETIVOS

Os objetivos abaixo descritos dizem respeito à formação do professor no Curso de Educação Especial – Licenciatura (a distância), e que será com ênfase nas condições: surdez e deficiência mental.

As demais condições dos alunos da Educação Especial serão estudadas, conforme a demanda existente, em cada oportunidade por meio das disciplinas complementares da parte flexível prevista na matriz curricular. É conveniente destacar, ainda, que essas condições já são objetos de estudo, pesquisa e extensão nos projetos dos professores do Departamento de Educação Especial, assim como em outros projetos que poderão ser elaborados.

1. OBJETIVO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA (A DISTÂNCIA)

- Formar professores a distância para a Educação Especial, curso de Licenciatura, Graduação, em nível superior, para atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas diferentes modalidades da Educação Especial, utilizando as tecnologias de comunicação e informação em diferentes ambientes educacionais.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar conhecimentos relacionados à surdez e à deficiência mental a fim de subsidiar os graduandos para a atuação pedagógica e inclusão educacional.
- Estimular por meio da interação a distância a ação-reflexão-ação como forma de perceber e intervir nas necessidades educacionais especiais dos alunos, valorizando a educação inclusiva.
- Favorecer ações pedagógicas a distância nas diferentes áreas de conhecimento

de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem, de acordo com o contexto do cursista.

- Propiciar o domínio de métodos e técnicas pedagógicas, que viabilizem a mediação de conhecimentos para os alunos nas etapas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas modalidades de Educação Especial.

- Proporcionar vivências no contexto do cursista, visando o conhecimento da gestão escolar, nas instituições de ensino, desde os primeiros semestres do Curso.

- Possibilitar um trabalho de campo, por meio de estágios no ambiente do cursista, nas etapas da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade da Educação Especial, considerando a transversalidade da Educação Especial nos níveis e nas etapas da Educação.

- Proporcionar outras formas de construção do conhecimento por meio de mídias e tecnologias, tais como videoaulas e ferramentas disponibilizadas pelo ambiente virtual de ensino e aprendizagem a ser utilizado pelo Curso.

PERFIL DESEJADO DO FORMANDO

Como Professor de Educação Especial, o cursista terá competências para identificar as condições dos alunos da Educação Especial, valorizando a educação inclusiva. Nesse sentido, flexibilizará a ação pedagógica nas áreas de conhecimento, quais sejam: educação de surdos e deficiência mental, de modo adequado aos processos de aprendizagem, avaliando continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento desses alunos. Ao identificar as necessidades educacionais especiais, sua competência lhe permitirá a definição e implementação de estratégias de flexibilização, adequação curricular, procedimento didático- pedagógico e práticas alternativas, adequadas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguísticas, psicomotoras, socioafetivas, que ampliem as potencialidades de aprendizagem desses sujeitos.

A formação do cursista em Educação Especial irá privilegiar a competência para trabalhar em equipe, colaborando com o professor de classe regular nas práticas para promover a inclusão dos alunos. O diplomado necessitará dominar estratégias pedagógicas que viabilizem a transmissão do conhecimento para os alunos nas etapas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ainda, o diplomado deverá ter competência para atuar como professor nos diferentes espaços, formais e não formais, de aprendizagem desenvolvendo práticas necessárias para o desenvolvimento dos alunos da Educação Especial, no caso da surdez e deficiência mental, sempre respeitando a condição de escolarização desses sujeitos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

a) Docência em salas de recursos multifuncionais, instituições especializadas e

escolas de surdos, que atendam alunos com deficiência mental e surdez nas etapas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

b) Docência nos serviços especializados e de apoio pedagógico colaborando com os professores da classe regular, promovendo a inclusão dos alunos da Educação Especial nas etapas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como nas demais modalidades de atendimento que permeiam essas etapas:

- em classes hospitalares;

- em ambiente domiciliar.

c) Gestão, planejamento e orientação pedagógica em serviços de itinerância.

d) Educação de jovens e adultos.

e) Assessoria e orientação a instituições privadas e públicas, das empresas e especificamente da família.

PAPEL DOS DOCENTES

O corpo formador do Curso de Educação Especial – Licenciatura (a distância), professor formador da disciplina e tutores, constitui um indispensável recurso do processo, cuja responsabilidade implica em dar condições para o acesso a um conjunto de conhecimentos relevantes e inovadores que justifiquem a formação superior.

A participação do professor formador da disciplina no processo de produção do conhecimento, não só nas questões referentes ao ensino, mas também na pesquisa e extensão, é o meio pelo qual o conhecimento poderá ser aperfeiçoado e renovado, para então resultar nas necessárias transformações que a educação produz. Nesse caso, ação docente se faz proposta como meio para formação de professores pesquisadores que não só ensinam, mas que também pesquisam, sendo o aluno cursista graduado e capacitado para assumir suas funções na sociedade.

A qualificação do corpo docente do Curso é, sem dúvida, uma condição para os alunos participarem de atividades que promovam intercâmbios entre outras áreas, instituindo atividades multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar como possibilidade da ampliação de meios e renovação dos conhecimentos adquiridos.

É, ainda, conveniente dizer que o corpo docente do Curso tem o compromisso de orientar decisões estratégicas na sua atuação teórica e prática, atendendo às especificidades das diferentes áreas do conhecimento, as peculiaridades e desigualdades sociais.

O tutor deverá acompanhar o desenvolvimento das atividades, verificando a participação e identificar os avanços e dificuldades no sentido de dar um máximo de subsídios aos professores formadores para que ocorra uma melhor depuração do processo. Manter o professor formador da disciplina informado permanentemente sobre o desenvolvimento dos cursistas e ser facilitador da interação com os cursistas por meio de recursos como: agenda, fórum, e-mail e biblioteca, entre outros.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

As estratégias pedagógicas previstas para este Projeto Pedagógico de Curso são decorrentes do que foi concluído nas atividades de avaliação do Curso de Educação Especial.

A Avaliação Institucional é um instrumento importante na busca da melhoria da qualidade de ensino. Deve ser participativa, coletiva, crítica, independente e transformadora da comunidade envolvida e de toda a instituição. Avaliar o projeto acadêmico e político da instituição com diagnóstico constante dos cursos, e, especificamente, fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares propondo mudanças do Projeto Pedagógico ouvindo alunos, professores e funcionários, são objetivos da avaliação institucional.

Para efetivação do Projeto Pedagógico bem como para o desenvolvimento da matriz curricular do Curso são necessárias as seguintes estratégias pedagógicas:

- favorecimento das condições de acesso e acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, permanência e sucesso destes na nossa Instituição Federal de Educação Superior, bem como dos diversos grupos étnicos e sociais, consoante o Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSM;

- promoção das atividades de ensino, pesquisa e extensão que facilitem e complementem a formação, desenvolvendo projetos práticos (trabalho de campo) relacionados com as teorias estudadas;

- implementação de projetos de estágio envolvendo professores orientadores da disciplina, tutores e os orientadores presenciais, que serão desenvolvidos pelos alunos no sistema de ensino adequado as demandas da Educação Especial, que estão explicitados detalhadamente nas normas de estágio;

- reflexão crítica durante as vivências das práticas pedagógicas desde o início do Curso, tendo contato com instituições de Educação Especial e Escolas Regulares de Ensino, nas disciplinas teórico-práticas, com orientação a distância por meio das ferramentas disponibilizadas no ambiente virtual de ensino e aprendizagem;

- o professor da disciplina deverá criar condições de construção de conhecimentos teórico-práticos em Educação Especial para os alunos por meio da ação-reflexão-ação, em todas as atividades previstas no Curso;

- recursos tecnológicos e metodologias que sejam instrumentos mediadores da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos;

- ao longo do Curso, o currículo terá uma parte flexível que possibilite a reflexão, através de Disciplinas Complementares de Graduação (DCG), cujos temas ou conteúdos emergentes oportunizem o enriquecimento na formação dos alunos. Estes temas surgirão das necessidades percebidas pelos alunos ou sugeridos pelo Colegiado do Curso. Outra

possibilidade que a parte flexível do Currículo contemplará são as Atividades Complementares de Graduação (ACG), as quais deverão possibilitar a participação dos alunos em ações que deverão ser sistematizadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso, tais como: participação em projetos, participação em eventos, publicações, entre outros, conforme legislação da UFSM;

- na matriz curricular do Curso, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras, conforme prevê o Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, será ofertada como disciplina obrigatória, através de EAD - Libras I, EAD - Libras II e EAD Libras III, com 60 horas cada disciplina. Além disso, as relações étnico-raciais e temática da história e cultura afro-brasileira e indígena, previstas pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, pela Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, e pelo artigo 66 da Lei nº 9394/96, são conteúdos da disciplina obrigatória EAD - Escola, Cultura e Identidade, bem como de DCG e ACG realizadas pelos alunos ao longo do processo formativo. Ainda, como operacionalização das Políticas de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, estão previstos conteúdos nas disciplinas obrigatórias EAD - Metodologia do Ensino da Geografia, EAD - Estágio Supervisionado, além da incursão dos alunos em DCG e ACG voltadas às questões da relação homem e meio ambiente.

SEQUÊNCIA ACONSELHADA DE DISCIPLINAS

1º SEMESTRE

N	Código	Nome da Disciplina	N/E*	Tipo*	(T-P)	CHS
01	EAD	Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica	N	OBR	(4-0)	60
02	EAD	Bases Epistemológicas da Pesquisa em Educação	N	OBR	(4-0)	60
03	EAD	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação I "A"	N	OBR	(4-0)	60
04	EAD	Psicologia da Educação I	N	OBR	(4-0)	60
05	EAD	Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação Especial	N	OBR	(4-0)	60
06	EAD	Fundamentos da Educação Especial I	N	OBR	(4-0)	60
Carga Horária em Disciplinas Complementares de Graduação					-x-	-x-
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias					(24-0)	360
Valores Totais Computáveis do Semestre			Máximo:	Mínimo:	360**	

2º SEMESTRE

N	Código	Nome da Disciplina	N/E*	Tipo*	(T-P)	CHS
07	EAD	Políticas Públicas na Educação Especial	N	OBR	(5-0)	75
08	EAD	Introdução à Escrita Acadêmica e ao Texto Científico	N	OBR	(3-1)	60
09	EAD	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação II "A"	N	OBR	(4-0)	60
10	EAD	Psicologia da Educação II	N	OBR	(4-0)	60
11	EAD	Fundamentos da Leitura e Escrita	N	OBR	(4-1)	75
12	EAD	Fundamentos da Educação Especial II	N	OBR	(4-0)	60
13	EAD	Fundamentos Neuropsicológicos da Aprendizagem	N	OBR	(5-0)	75
Carga Horária em Disciplinas Complementares de Graduação						-x-
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias						(29-2)
Valores Totais Computáveis do Semestre						465**

3º SEMESTRE

N	Código	Nome da Disciplina	N/E*	Tipo*	(T-P)	CHS
14	EAD	Psicologia da Educação III	N	OBR	(4-0)	60
15	EAD	Escola, Cultura e Identidade	N	OBR	(5-0)	75
16	EAD	Didática	N	OBR	(4-1)	75
17	EAD	Educação de Jovens e Adultos	N	OBR	(4-1)	75
18	EAD	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa I	N	OBR	(4-1)	75
19	EAD	Matemática e Educação Escolar I "B"	N	OBR	(4-1)	75
20	EAD	Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	N	OBR	(4-1)	75
Carga Horária em Disciplinas Complementares de Graduação					-x-	-x-
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias					(29-5)	510
Valores Totais Computáveis do Semestre			Máximo:	Mínimo:	510**	

4º SEMESTRE

N	Código	Nome da Disciplina	N/E*	Tipo*	(T-P)	CHS
21	EAD	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa II	N	OBR	(4-1)	75
22	EAD	Matemática e Educação Escolar II “B”	N	OBR	(4-1)	75
23	EAD	Metodologia do Ensino da História “B”	N	OBR	(4-1)	75
24	EAD	Metodologia do Ensino da Geografia “B”	N	OBR	(4-1)	75
25	EAD	Avaliação em Educação Especial	N	OBR	(5-0)	75
26	EAD	Desenvolvimento Linguístico e Educação do Surdo	N	OBR	(3-1)	60
27	EAD	Libras I	N	OBR	(2-2)	60
Carga Horária em Disciplinas Complementares de Graduação					-x-	-x-
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias					(26-7)	495
Valores Totais Computáveis do Semestre			Máximo:	Mínimo:	495**	

5º SEMESTRE

N	Código	Nome da Disciplina	N/E*	Tipo*	(T-P)	CHS
28	EAD	Artes Visuais e Educação Especial "B"	N	OBR	(4-1)	75
29	EAD	Jogo Teatral e Educação Escolar "B"	N	OBR	(4-1)	75
30	EAD	Educação Musical "B"	N	OBR	(4-1)	75
31	EAD	Educação e Movimento Humano	N	OBR	(4-1)	75
32	EAD	Ensino da Língua Portuguesa para Surdos	N	OBR	(3-1)	60
33	EAD	Libras II	N	OBR	(2-2)	60
34	EAD	Alternativas Metodológicas para o Aluno Surdo	N	OBR	(3-1)	60
Carga Horária em Disciplinas Complementares de Graduação					-x-	-x-
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias					(24-8)	480
Valores Totais Computáveis do Semestre			Máximo:	Mínimo:	480**	

6° SEMESTRE

N	Código	Nome da Disciplina	N/E*	Tipo*	(T-P)	CHS
35	EAD	Pesquisa em Educação	N	OBR	(3-1)	60
36	EAD	Libras III	N	OBR	(2-2)	60
37	EAD	Estágio Supervisionado/Surdez	N	OBR	(4-10)	210
Carga Horária em Disciplinas Complementares de Graduação					-x-	-x-
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias					(9-13)	330
Valores Totais Computáveis do Semestre		Máximo:	Mínimo:	330**		

7° SEMESTRE

N	Código	Nome da Disciplina	N/E*	Tipo*	(T-P)	CHS
38	EAD	Deficiência Mental: contextos e práticas educacionais	N	OBR	(3-1)	60
39	EAD	Alternativas Metodológicas para o Aluno com Deficiência Mental	N	OBR	(3-1)	60
40	EAD	Tecnologia Assistiva	N	OBR	(4-0)	60
Carga Horária em Disciplinas Complementares de Graduação					-x-	-x-
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias					(10-2)	180
Valores Totais Computáveis do Semestre		Máximo:	Mínimo:	180**		

8° SEMESTRE

N	Código	Nome da Disciplina	N/E*	Tipo*	(T-P)	CHS
41	EAD	Estágio Supervisionado/Deficiência Mental	N	OBR	(4-10)	210
Carga Horária em Disciplinas Complementares de Graduação					-X-	-X-
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias					(4-10)	210
Valores Totais Computáveis do Semestre		Máximo:	Mínimo:		210**	

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

DADOS INERENTES À INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR:	
Carga horária a ser vencida em:	
Disciplinas Obrigatórias	3.030
Disciplinas Complementares de Graduação	120
Atividades Complementares de Graduação	120
Carga horária total mínima a ser vencida:	3.270
PRAZO PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM SEMESTRES:	
Mínimo	
Médio (estabelecido pela Sequência Aconselhada do Curso)	8
Máximo (estabelecido pela Seq. Aconselhada + 50%)	12
LIMITES DE CARGA HORÁRIA REQUERÍVEL POR SEMESTRE:	
Máximo*	
Mínimo (C.H.T. dividido pelo prazo máx. de integr. + arredond.)	270
NÚMERO DE TRANCAMENTOS POSSÍVEIS:	
Parciais	-X-
Totais	-X-
NÚMERO DE DISCIPLINAS:	
O número de disciplinas poderá variar em função da oferta de DCG.	
DADOS NECESSÁRIOS PARA A ELABORAÇÃO DO CATÁLOGO GERAL:	
<i>Legislação que regula o(a)</i>	
Currículo do Curso: Resoluções CNE/CP nº02/2015; Resolução CNE/CEB nº 02/2001; Pareceres CNE/CP nº02/2015; Parecer CNE/CEB nº17/2001.	
CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR:	
*O máximo de carga horária requerível por semestre não terá limite fixado devendo, porém, atender o disposto na Resolução n. 14/2000-UFSM.	

CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

FORMA DE INGRESSO

A forma de ingresso na oferta deste novo Curso de Educação Especial – Licenciatura (a distância) será mediante processo seletivo adotado pela UFSM.

NÚMERO DE VAGAS

O número total de vagas será de duzentas (200), sendo cinquenta (50) vagas para cada polo, constituindo assim quatro turmas nos respectivos polos: Santana do Livramento, Novo Hamburgo e Santo Antônio da Patrulha no Rio Grande do Sul e Foz do Iguaçu no Paraná.

ELENCO DE DISCIPLINAS

1º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	BASES EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Reconhecer as diferentes modalidades de conhecimento e suas relações com a pesquisa na área de Educação. Compreender as diferentes possibilidades de aplicação dos métodos científicos estudados. Identificar as características da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa e sua utilização na área da Educação.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – CIÊNCIA E CONHECIMENTO

- 1.1 - Diferentes significados para a palavra conhecimento
- 1.2 - Modalidades de conhecimento:
 - 1.2.1 - Senso comum
 - 1.2.2 - Conhecimento tradicional
 - 1.2.3 - Conhecimento religioso e mítico
 - 1.2.4 - Conhecimento filosófico
 - 1.2.5 - Conhecimento científico

UNIDADE 2 – MÉTODOS CIENTÍFICOS

- 2.1 – Método dedutivo
- 2.2 - Método indutivo
- 2.3 - Método fenomenológico
- 2.4 – Método dialético
- 2.5 - Método etnográfico

UNIDADE 3 – PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO

- 3.1 – Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa
- 3.2 - Pesquisa ação
- 3.3 - Pesquisa participante
- 3.4 - Estudo de caso

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos 2**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 13 ed., 1ª reimpressão, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GARCIA, Regina Leite (org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL I	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender a emergência da Educação Especial como campo de saber-poder responsável pelos sujeitos “anormais”, e refletir sobre a organização das modalidades de atendimento especializado nas políticas atuais de inclusão.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. 1 – Medicina Social, Psicologia e Pedagogia como condições de possibilidade da Educação Especial
- 1.2 – Educação Inclusiva, Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado

UNIDADE 2 – MODALIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

- 2.1 – Escola comum/regular
- 2.2 – Sala de recursos (multifuncionais)
- 2.3 – Escola especial
- 2.4 – Classe especial
- 2.5 – Instituição Especializada
- 2.6 - Centro de Atendimento Educacional Especializado
- 2.7 – Classe hospitalar
- 2.8 – Sala de estimulação essencial
- 2.9 – Atendimento domiciliar
- 2.10 – Itinerância
- 2.11 – Oficinas pedagógicas

UNIDADE 3 – PRODUÇÃO DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 3.1 – Política Nacional de Educação Especial (1994)
- 3.2 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)
- 3.3 – Público-alvo da Educação Especial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUTISTA, R. (coord.) **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Dinalivros, 1993.

MAZZOTTA, M. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

SMITH, Deborah D. **Introdução À Educação Especial - Ensinar em Tempos de Inclusão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe, 1995.

BIANCHETTI, Lucidio. **Um olhar sobre as diferenças**. Campinas: Papirus, 2002.

CARVALHO, Rosita E. **Educação inclusiva com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008

MARQUEZAN, Reinoldo. **O deficiente no discurso da legislação**. Campinas: Papirus, 2009.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO I “A”	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender e conhecer os discursos sobre Educação produzidos pela Filosofia, pela Sociologia e pela História da Educação ao longo da modernidade. Compreender o processo de escolarização ocorrido a partir da constituição da sociedade moderna e sua interface com o discurso sobre a infância e sobre educação.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES
<p>UNIDADE 1 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO</p> <p>1.1 - Grandes linhas teóricas da Filosofia, da Sociologia e da História da Educação</p> <p>1.2 - As relações entre Filosofia, Ciência e Educação</p> <p>UNIDADE 2 – SOCIEDADE, ESCOLA e INFÂNCIA NA MODERNIDADE</p> <p>2.1 - Sociedade moderna e modernidade</p> <p>2.2 - A constituição do sujeito moderno</p> <p>2.3 - O nascimento da escola moderna: processos de escolarização e disciplinarização</p> <p>2.4 - A produção da infância</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

GHIRALDELLI JR, Paulo (org.). **O que é filosofia da educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

KOHAN, Walter Omar. **Infância**. Entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder**: conformação da pedagogia moderna. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

NOGUERA-RAMÍREZ. **Pedagogia e governamentalidade ou Da modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Conhecer o sistema educacional brasileiro através do estudo descritivo, interpretativo e crítico dos aspectos organizacionais da Educação Básica, procurando desenvolver uma atitude reflexiva e responsável com o objetivo específico de proporcionar uma formação integral do futuro educador.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES
<p>UNIDADE 1 – FORMAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL E A LEGISLAÇÃO VIGENTE</p> <p>1.1 – A formação do sistema educacional: aspectos históricos</p> <p>1.2 – Constituição Federal - CF</p> <p>1.3 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB</p> <p>1.4 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA</p> <p>UNIDADE 2 – FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO</p> <p>2.1 – Diretrizes Nacionais</p> <p>2.2 – Plano de Carreira</p> <p>2.3 – Educação Continuada</p> <p>UNIDADE 3 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA</p> <p>3.1 – Constituição Federal</p> <p>3.2 – FUNDEB</p> <p>3.3 – Outras fontes</p> <p>UNIDADE 4 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA</p> <p>4.1 – Gestão Democrática na Escola Pública</p> <p>4.2 – Projeto Pedagógico da Escola Pública</p> <p>4.3 – Educação Infantil</p> <p>4.4 – Educação Fundamental</p> <p>4.5 – Ensino Médio</p> <p>4.6 – Educação de Jovens e Adultos</p> <p>4.7 – Educação Profissional</p> <p>4.8 – Educação Especial</p> <p>4.9 – Educação Indígena</p> <p>4.10 – Educação à Distância</p> <p>UNIDADE 5 – PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA</p> <p>5.1 – Políticas educacionais</p> <p>5.2 – Plano Nacional de Educação-PNE</p> <p>5.3 – Formação da cidadania</p> <p>5.4 – Democratização da Educação</p> <p>5.5 - Interferência da globalização na Educação</p> <p>5.4 – Democratização da Educação</p> <p>5.5 - Interferência da globalização na Educação</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONETI, Lindomar W. **Políticas públicas por dentro**. 3. ed., Ijuí, RS: Unijuí, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica**: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUTRA, Claudio E. G. **Guia de referência a LDB/96 – com atualizações**. 2.ed., São Paulo: AVERCAMP, 2007.

FERREIRA, Naura Carapeta. **Gestão democrática na Educação**: atuais tendências, novos desafios. SP: Cortez, 1998.

FONSECA, Dirce Mendes de. O neoliberalismo e a educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Brasília, v.11, n:2-jul/dez: 1995.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

VEIGA, Ilma Passos. **O Projeto Político-Pedagógico na escola**. SP. Cortez, 1995.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Conhecer o campo da Psicologia como ciência e suas interfaces com a Educação. Reconhecer as raízes filosóficas da psicologia e suas relações com as teorias de aprendizagem. Conhecer o campo da Psicologia Cognitiva, através do estudo de elementos psíquicos que podem interferir nos processos de aprendizagem.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – PSICOLOGIA E INTERFACES COM A EDUCAÇÃO

1.1 - Conhecimento, Ciência e Psicologia

1.1.1 - O que é ciência?

1.1.2 - O que é psicologia?

1.1.3 - O que é conhecimento?

1.1.4 - Aprendizagem como aquisição do conhecimento

1.1.5 - Breve história do conhecimento

2.1 - Teorias de Aprendizagem e suas Raízes filosóficas

2.1.1 - Racionalismo

2.1.2 - Empirismo

2.1.3 - Construtivismo

2.1.4 - Algumas diferenças epistemológicas entre teorias

UNIDADE 2 – MATURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

1.3.1 2.1 - Psicologia Cognitiva

1.3.2 2.2 - Conceito Iniciais

1.3.3 2.3 - Elementos que podem contribuir ou interferir na aprendizagem

2.3.1 - Percepção

2.3.2 - Atenção

2.3.3 - Memória

2.3.4 - Resolução de Problemas

2.3.5 - Criatividade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia da Educação**. Vol.02. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

POZO, Juan Ignacio. **Aquisição do conhecimento**: quando a carne se faz verbo. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STERNBERG, Robert. **Psicologia Cognitiva**. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECKER, Fernando (org.) **Aprendizagem e conhecimento escolar. Pelotas: EDUCAT, 2002.**

FONSECA, Vitor. **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem**: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. 3ed. Petropolis,RJ: VOZES, 2009.

LURIA, A.R. **Curso de Psicologia Geral**. Volume II ♦ Sensação e Percepção. Rio de janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

MIRANDA, Mônica Carolina, MUSZKAT, Mauro Muszkat, MELLO, Claudia Berlim. **Neuropsicologia do Desenvolvimento - Transtornos do Neurodesenvolvimento**. São Paulo: Rubio, 2013.

ROTTA,Newra Tellechea et.all. **Transtornos de Aprendizagem**: abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Analisar a emergência do uso das tecnologias da informação e da comunicação, especificamente do computador, na Educação Especial, e refletir seus efeitos nos processos de ensino-aprendizagem.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES
<p>UNIDADE 1 – RACIONALIDADE CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL</p> <p>b. – Tecnologias da informação e da comunicação, educação escolar e sociedade contemporânea</p> <p>c. – Outros modos de ensinar e aprender na formação de professores da Educação Especial</p> <p>d. - Educação Especial, Educação Inclusiva e as tecnologias da informação e da comunicação</p> <p>UNIDADE 2 - INFORMÁTICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL</p> <p>2.1 – O uso do computador na Educação Especial</p> <p>2.2 - Perspectiva instrucionista</p> <p>2.3 - Perspectiva construcionista</p> <p>UNIDADE 3 – TECNOLOGIAS, ENSINO E APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL</p> <p>3.1 – Acessibilidade</p> <p>3.2 – Tecnologia Assistiva</p> <p>3.3 – Recursos metodológicos</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **Informática e educação inclusiva**: discutindo limites e possibilidades. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

PAPERT, Seymour. **LOGO**: computadores e educação. Tradução de José Armando Valente [et al.]. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

VALENTE, José Armando (org.). **Liberando a mente**: computadores na Educação Especial. Campinas: Gráfica Central da UNICAMP, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MORAES, Raquel de Almeida. **Informática na educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRES, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2013.

SARAIVA, Karla. **Educação a distância**: outros tempos, outros espaços. Paraná: Editora da UEPG, 2010.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação**: novas ferramentas para o professor da atualidade. São Paulo: Érica, 2012.

2º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL II	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender os processos de in/exclusão dos alunos surdos e com deficiência mental no contexto de escolarização.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – PROCESSOS DE IN/EXCLUSÃO NO CONTEXTO DE ESCOLARIZAÇÃO

- 1.1 – Aprendizagem e socialização
- 1.2 – Escola comum/regular, escola especial e instituição especializada nas práticas de institucionalização da Educação Especial
- 1.3 – Situações de aprendizagem e não-aprendizagem

UNIDADE 2 – ASPECTOS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS DA SURDEZ

- 2.1 – A surdez entre práticas de medicalização, diversificação e diferenciação: representações negociáveis
- 2.2 – Discursos educacionais: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo
- 2.3 – Língua, artefatos e cultura surda no contexto da educação de surdos

UNIDADE 3 – ASPECTOS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS DA DEFICIÊNCIA MENTAL

- 3.1 – A forma histórica da deficiência mental
- 3.2 – Processos de diagnóstico, identificação, caracterização, classificação e hierarquização do aluno com deficiência mental
- 3.3 – O Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência mental na lógica inclusiva

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente mental no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004. 243 p.

LAZZARIN, Márcia Lise; KLEIN, Madalena e KARNOPP, Lodenir (Orgs). **Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

SKLIAR, Carlos. (Org.) **A Surdez**. Um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998.

TRAVERSINI, Clarice Salete [et al...] (orgs.). **Currículo e inclusão na escola de Ensino Fundamental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0376-0.pdf> Acesso em 21 de julho de 2014.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	FUNDAMENTOS DA LEITURA E ESCRITA	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Caracterizar, comparar e analisar diferentes aportes teóricos sobre leitura e escrita, alfabetização e letramento. Identificar e compreender como as crianças constroem suas concepções acerca da leitura e da escrita em espaços educativos não formais e escolares. Analisar e desenvolver aspectos que potencializem o processo de aprendizagem da leitura e escrita pelos estudantes, principalmente aqueles público-alvo da Educação Especial.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 - PESQUISAS E ESTUDOS SOBRE O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

1.1 – Diferentes abordagens sobre a alfabetização

UNIDADE 2 – ORALIDADE E LETRAMENTO

2.1 – Alfabetização e Letramento

2.2 – Consciência fonológica

UNIDADE 3 - A PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

3.1 - A escrita a partir das concepções dos sujeitos da aprendizagem

UNIDADE 4 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E PARA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS

SURDOS

4.1 – Aprendizagem da leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual

4.2 - Aproximações ao processo de alfabetização de alunos surdos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. (Trad. Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso). Edição comemorativa dos 20 anos de publicação. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 26ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

LODI, Ana Cláudia B.;HARRISON, Kathryn Marie P.; CAMPOS, Sandra Regina L.(orgs.). **Leitura e Escrita: no contexto da diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

GROSSI, Esther Pillar. **Didática do nível pré-silábico**. Vol. 1. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____.**Didática do nível silábico**. Vol 2. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____.**Didática do nível alfabético**. Vol 3. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO II “A”	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Reconhecer as análises, consagradas na literatura educacional, propostas pela sociologia, filosofia e história da educação e seus efeitos na constituição da escola e na formação de professores. Compreender as relações entre escola e sociedade no contexto histórico educacional a partir do final do século XX, a partir do reconhecimento dos aspectos que constituem a chamada sociedade contemporânea e as diferentes possibilidades de se pensar a escola, o ensino e a formação de professores.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 - INTERFACES ENTRE OS SABERES SOCIOLÓGICOS, FILOSÓFICOS E HISTÓRICOS

DA EDUCAÇÃO NO ESPAÇO DA ESCOLA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

e . - Contribuições dos saberes sociológicos, filosóficos e históricos

da educação à formação de professores

£ . - Contribuições dos saberes sociológicos, filosóficos e históricos da educação para compreender a escola

UNIDADE 2 - AS RELAÇÕES ESCOLA-SOCIEDADE NO CONTEXTO HISTÓRICO EDUCACIONAL A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XX

2.1 - - Sociedade contemporânea: diferentes aspectos

2.2 - Escola, ensino e formação de professores: analisando possibilidades

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

STRECK, Danilo. **Rousseau & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **A escola tem futuro?** 2. ed. rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HAHLMEYER-MERTENS, Roberto. **Heidegger & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NOVOA, Antonio. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: EDUCA, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHMIDT, Saraí (org.). **A educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	FUNDAMENTOS NEUROPSICOLÓGICOS DA APRENDIZAGEM	(5-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Relacionar a organização neural com a aprendizagem e o desenvolvimento psicomotor e reconhecer seus distúrbios.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES
<p>UNIDADE 1 - A NEUROPSICOLOGIA: AS BASES MORFOFUNCIONAIS ELEMENTARES</p> <p>1.1 - Organização neuronal</p> <p>1.2 - Áreas funcionais do cérebro</p> <p>UNIDADE 2 - DESENVOLVIMENTO SENSORIAL E PERCEPTIVO</p> <p>2.1 - Audição, visão, atenção e percepção</p> <p>UNIDADE 3 - DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM</p> <p>3.1 - Aspectos neurofisiológicos da linguagem</p> <p>3.2 - Distúrbios da linguagem</p> <p>UNIDADE 4 - DISTÚRBIOS PSICOMOTORES E O PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA</p> <p>4.1 – Distúrbios do esquema e imagem corporal</p> <p>4.2 – Distúrbios da dinâmica global</p> <p>4.3 – Distúrbios da dinâmica lateral</p> <p>4.4 – Distúrbios de lateralidade</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, Ângelo. **Neuroanatomia funcional**. São Paulo: Atheneu, 2005.

FONSECA, Vítor da. **Uma introdução às dificuldades de aprendizagem**. Lisboa: Editorial Notícias, 1984.

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos 6 anos**. Tradução: Ana Guardiola Brizolara. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANKS-LEITE, Luci & GALVÃO, Izabel (orgs.). **A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard**. São Paulo: Cortez, 2000.

BAUTISTA, Rafael (coord.). **Necessidades educativas especiais**. Tradução: Ana Escoval. 2 ed. Lisboa, Portugal: Dinalivro, 1997.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Domingues de. **Neurofisiologia do comportamento: uma relação entre o funcionamento cerebral e as manifestações comportamentais**. Canoas: Ed. Ulbra, 1999.

PIAGET, Jean & INHELDER, Barbel. **A representação do espaço na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	INTRODUÇÃO À ESCRITA ACADÊMICA E AO TEXTO CIENTÍFICO	(3-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender a tipologia e exercitar a elaboração dos principais tipos de trabalho acadêmico. Utilizar corretamente as normas institucionais e da ABNT para a apresentação de trabalhos acadêmicos.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 - LEITURA DE TEXTOS ACADÊMICOS

- 1.1 - Diretrizes para compreensão global de significados de textos
- 1.2 - Interpretação de textos: análise textual, análise temática, análise interpretativa

UNIDADE 2 - TRABALHOS ACADÊMICOS: TIPOS, CARACTERÍSTICAS E ESTRUTURA

- 2.1 - Fichamento
- 2.2 - Resenha
- 2.3 - Esquema
- 2.4 - Resumo
- 2.5 - Relatório
- 2.6 - Artigo
- 2.7 - Ensaio
- 2.8 - Monografia
- 2.9 - Apresentação de trabalho em evento: pôster e comunicação oral

UNIDADE 3 - NORMAS TÉCNICAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

- 3.1 - Diretrizes da Associação Nacional de Normas Técnicas - ABNT
- 3.2 - Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses - MDT/UFSM

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. São Paulo: Atlas, 2007.

UFSM. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT. Santa Maria: UFSM, 2012.

PERROTA, Cláudia. **Um texto para chamar de seu**: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Ijuí: Unijuí, 2006.

PERROTA, Claudia. **Um texto para chamar de seu**: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TOMASI, Carolina. **Comunicação científica**: normas técnicas para redação científica. São Paulo: Atlas, 2008.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	(5-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Analisar as diferentes políticas públicas internacionais e nacionais de Educação Especial e suas implicações para o processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – DOCUMENTOS INTERNACIONAIS E AS INFLUÊNCIAS NA PRODUÇÃO DAS POLÍTICAS

PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

- g. – Declaração Universal pelos Direitos Humanos
- h. – Declaração de Salamanca
- i. – Convenção de Guatemala

1.4 – Declaração de Montreal

UNIDADE 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

2.1 – História

2.2 – Legislação

2.3 – Funcionamento

2.4 – Contexto atual

UNIDADE 3 – IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PROCESSO

DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 – Educação Especial e Educação Inclusiva

3.2 – Formação de professores

3.3 – Público-alvo da Educação Especial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. (Org.) **Avanços em Políticas de Inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

BRASIL. 2006. Ministério da Educação. **Direito a Educação: Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais**. Brasília: MEC, SEESP. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em: 23/02/2015.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. (Demais edições). São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.) **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 11-23.

BUENO, J. G. S; MENDES, G. M. L; SANTOS, R. A (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília: CAPES.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: A reorganização do trabalho pedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

JANNUZZI, G. M. **A Luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 1992.

KASSAR, M. C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas: Autores Associados. 1999.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Conhecer os principais conceitos das teorias Epistemologia Genéticas de Jean Piaget, Teoria Sócio-Histórico de Lev Vygotsky e Teoria do Desenvolvimento Dialético de Henry Wallon. Reconhecer sua relação com a prática escolar e com o desenvolvimento humano.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES
<p>UNIDADE 1 – EPISTEMOLOGIA GENÉTICA JEAN PIAGET</p> <p>1.1 - Aspectos gerais da teoria conceitos iniciais</p> <p>1.1.1 – Conceitos iniciais</p> <p>1.1.2 - Invariantes funcionais</p> <p>1.1.3 - O papel do Conflito cognitivo;</p> <p>1.2 - Estágios do desenvolvimento e suas características</p> <p>- 1.2.1 - Sensório motor</p> <p>1.2.1.1 - Corpo e desenvolvimento</p> <p>- 1.2.1.2 - Aspectos motores e implicações para o desenvolvimento cognitivo;</p> <p>1.2.2 - Pré-Operatório</p> <p>1.2.2.1 - Egocentrismo, animismo, artificialismo</p> <p>1.2.2.2 - Raciocínio sincrético</p> <p>1.2.2.3 - Evolução do pensamento (figurado /operativo)</p> <p>1.2.3 - Operatório Concreto</p> <p>1.2.3.1 - Estruturas intelectuais da fase (identidade, reversibilidade, associatividade, combinação)</p> <p>1.2.3.2 - Agrupamento lógico (lógicas da classes, seriação)</p> <p>- 1.2.4 - Operatório formal</p> <p>1.2.4.1 - Pensamento hipotético-dedutivo</p> <p>- 1.2.4.2 - Operação formal</p> <p>UNIDADE 2 - TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA DE VYGOTSKY</p> <p>2.1 - Aspectos gerais da teoria</p> <p>2.2 - Pensamento e linguagem</p> <p>2.2.1 - Aquisição da linguagem</p> <p>2.2.2 - Desenvolvimento do pensamento</p> <p>2.2.3 - Mediação simbólica: instrumentos e signos/processos de internalização</p> <p>2.3 - Aprendizagem e as zonas do desenvolvimento (real, proximal e potencial)</p> <p>2.3.1 - Formação de conceitos(cotidiano e científico)</p>

UNIDADE 3 – DESENVOLVIMENTO DIALÉTICO DE WALLON

3.1 - Aspectos gerais da teoria

3.2 - A construção do sujeito: eu-corpo/eu-psíquico

3.3 - O papel das emoções no desenvolvimento psíquico

3.4 - Aspecto motor e aprendizagem (pensamento e linguagem)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003.

VYGOTSKY, S. **Pensamento e Linguagem**. 2 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

_____. WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo, manole, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTAS, Fabiane A. T. **Formação de conceitos em crianças com necessidades especiais: contribuições da Teoria histórico-cultural**. Santa Maria: Ed da UFSM, 2012.

GALVÃO, Isabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LA TAILLE, Yves. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento**. São Paulo: Scipione, 1997.

VYGOTSKY, S. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

3º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	DIDÁTICA	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Identificar e articular as dimensões humana, técnica e político-social que envolvem a compreensão do processo ensino-aprendizagem. Contextualizar os pressupostos fundamentais relativos a compreensão do processo ensino-aprendizagem, estabelecendo relações com as práticas pedagógicas.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

1.1 – Concepções, abordagens e decorrência metodológica

1.2 – A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem

UNIDADE 2 – INTERAÇÃO COM A REALIDADE ESCOLAR

2.1 – Interação com a realidade escolar

2.2 – Articulação do processo ensino-aprendizagem vivenciado na realidade escolar com os fundamentos teóricos apreendidos

UNIDADE 3 – PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 – Fundamentação sobre diferentes possibilidades de planejamento

3.2 – Planejamento e intervenção pedagógica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAU, V. M. (org.). **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

VEIGA, I. P. A (org.). **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papirus, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GADOTTI, M. **História das Ideias pedagógicas**: São Paulo, Atica, 2009.

GONÇALVES, D. & SOUZA, V. C. (orgs.). **Didática e práticas de ensino**: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MACHADO, N.J. **Epistemologia e didática**: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, M. R. S. O.(org.). **Didática**: ruptura, compromisso e pesquisa. Campinas: Papirus, 2001.

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/metodologia no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 1998.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Reconhecer a importância da proposta pedagógica do contexto escolar da Educação de Jovens e Adultos. Redimensionar a ação e os desafios do professor da escola básica frente aos estudantes desta modalidade.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 - O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

- 1.1 - Questões conceituais que permearam a EJA no decorrer da história
- 1.2 - Educação de Jovens e Adultos na atualidade: aspectos sociais, políticos e culturais
- 1.3 - Políticas Públicas para a EJA: legislações, programas e ações
- 1.4 - A inclusão e a cidadania

UNIDADE 2 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- 2.1 - O currículo escolar na Educação de Jovens e Adultos
- 2.2 - Conhecimentos específicos sobre o sistema de escrita alfabética necessários à alfabetização de jovens e adultos
- 2.3 - O processo de avaliação na EJA
- 2.4 - Projetos e estratégias para o ensino na EJA

UNIDADE 3 – IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À PRÁTICA PEDAGÓGICA COM JOVENS E ADULTOS

- 3.1 - Noções sobre consciência fonológica para a prática alfabetizadora na EJA
- 3.2 - Elaboração de atividades didático pedagógicas direcionadas aos estudantes jovens e adultos com necessidades especiais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRO, E. **Os adultos não alfabetizados e suas conceptualizações do sistema de escrita**. (Série Linha de Frente), Hucitec, 2012.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2000. GIOVANETTE, M.A.; GOMES, N.J., SOARES, L. (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCHWARTZ, Susana. **Alfabetização de jovens e adultos**: teoria e prática, Petrópolis, Vozes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia e LEAL, Telma Ferraz (Org.). **A Alfabetização de Jovens e Adultos em uma Perspectiva de Letramento**. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Centauro, São Paulo, 2006.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Ensinar e aprender com Paulo Freire**: 40 horas, 40 anos depois. 237p. São Paulo: Cortez, 2002.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação escolar de jovens e adultos**. Campinas: Papirus, 2002.

WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	ESCOLA, CULTURA E IDENTIDADE	(5-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender as relações entre cultura e identidade na contemporaneidade. Contextualizar as diferentes pedagogias culturais como produtoras de identidades e subjetividades. Compreender as novas formas de cidadania articuladas com a mídia e o mercado.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – INCLUSÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 – Introdução

1.2 – As políticas de inclusão

UNIDADE 2 – A MÍDIA E A PRODUÇÃO DAS IDENTIDADES CONTEMPORÂNEAS

2.1 – Introdução

2.2 – A publicidade falando de inclusão social

2.3 - A dinâmica de encobrir/enaltecer o outro

UNIDADE 3 – CIDADANIA E IDENTIDADE CULTURAL

3.1 – Introdução

3.2 – Globalização e produção de identidades culturais

3.4 – Articulações contemporâneas entre cidadania e consumo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HESSEL, Rosa (org.). **Cultura, poder e educação**: um debate sobre os estudos culturais em educação. Canoas : Editora da ULBRA, 2005.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. Trad. SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA, Antonio F. ; SILVA, Tomaz T. **Currículo, cultura e sociedade**. Editora Cortez: 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro : editora da FGV, 3ª reimpressão, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 07-72.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**. Tradução de Marie Anne Kremer. Belo Horizonte : UFMG, 2004.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	MATEMÁTICA E EDUCAÇÃO ESCOLAR I “B”	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender os fundamentos teóricos no campo da Educação Matemática que permitam fundamentar a ação pedagógica no ensino de Matemática. Organizar situações didáticas que trabalhem com os conceitos matemáticos na prática educacional em Educação Especial. Explicar, utilizar conceitos e métodos matemáticos para propor e resolver situações-problema na prática educacional dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

3 UNIDADE 1 - MATEMÁTICA COMO ÁREA DO SABER ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO

4 FUNDAMENTAL

1.1 – Educação e Educação Matemática

1.1.1 – Tendências da Educação Matemática

1.1.2 – O ensino da Matemática nos anos iniciais

1.1.3 - Alfabetização Matemática: considerações sobre a teoria e a prática

UNIDADE 2 - EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

2.1 - Dimensões metodológicas

2.1.1 - Conteúdos básicos

2.1.1.1 - Números naturais e sistema de numeração decimal

2.1.1.2 - Operações com números naturais

2.1.1.3 - Espaço e forma

2.1.1.4 - Grandezas e medidas

2.1.1.5 - Noções de estatística

2.2. - Estratégias para o ensino de matemática

2.2.1 - Resolução de problemas

2.2.2 - Projetos

2.2.3 - Ludicidade e materiais instrucionais alternativos

UNIDADE 3 - IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA EDUCACIONAL EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 - Alternativas metodológicas do ensino da Matemática para a Educação Especial

3.2 - Metodologia e estratégias de ação para desenvolver o pensamento lógico-matemático para alunos da Educação Especial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOLBERT, Clarissa. **Novos rumos na aprendizagem da Matemática: conflito, reflexão e situação-problema**. Porto Alegre: Meditação, 2002.

NACARATO, Adair; MENGALI, Brenda Lemes da Silva; PASSOS, Cármem Lúcia Brancaglioni. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**: tecendo fios do ensino e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TREVISAN, P. F. F. **Escola, Currículo e Educação de Surdos**. Curso de Especialização Em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de Surdos/UFSM-EAD/UAB. Santa Maria: UFSM, CE.v2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALRO, Helle. **Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática** / Helle Alro e Ole Skovsmose; Tradução: Orlando Figueiredo. - Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 160 p. - (Tendências em Educação Matemática)

ALVES, Eva Maria Siqueira. **A ludicidade e ensino da matemática**. 3 ed. Campinas: Papirus, 2006.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**: elo entre tradições e modernidade / Ubiratan D'Ambrosio - 2. Ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 112 p. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

RAMOS, Luzia Faraco. **Conversas sobre Números, Ações e Operações**: uma operação criativa para o ensino da matemática nos primeiros anos. 1. ED. São Paulo, Ed. Ática, 2009.

TOMAZ, Vanessa Sena. **Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática em sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:

Analisar e discutir materiais didáticos. Elaborar, implementar, avaliar e redimensionar propostas didático-pedagógicas das Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 - CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

- 1.1 - O ensino de Ciências Naturais no contexto brasileiro
- 1.2 – Análise de práticas pedagógicas implementadas em diferentes contextos

UNIDADE 2 - ABORDAGENS METODOLÓGICAS (ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

- 2.1 - Indissociabilidade conteúdo-forma e ensino de Ciências Naturais
- 2.2 - A experimentação no ensino de Ciências Naturais
- 2.3 - Alfabetização científico-tecnológica
- 2.4 - A abordagem temática
- 2.5 - Métodos e técnicas de ensino

UNIDADE 3 - CORRENTES EPISTEMOLÓGICAS

- 3.1 - Principais correntes epistemológicas
- 3.2 - Epistemologia e didática

UNIDADE 4 – ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 4.1 – Abordagens sobre o Ensino de Ciências na Educação Especial

UNIDADE 5 - CORRENTES ATUAIS NA PESQUISA SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

- 5.1 - Discussão dos resultados recentes da pesquisa em ensino de Ciências Naturais e na Educação Especial

UNIDADE 6 - HISTÓRIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

- 6.1 - Principais tendências no ensino de Ciências Naturais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIZZO, N. **Ciências**: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 1998.

CARVALHO, A. M. P. de; GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de ciências**: tendências e inovações. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

DELIZOICOV, D. e outros. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOREIRA, M.A.; e MASINI, E.F.S. **Aprendizagem significativa**: a teoria de aprendizagem de David Ausubel. 2ª edição. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **Ciências Naturais**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

LIMA, M. E. C de C.; AGUIAR JUNIOR, O.G. de; BRAGA, S. A. de M. **Aprender Ciências**: um mundo de materiais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

WEISSMANN, H. (org.) **Didática das Ciências Naturais**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	METODOLOGIA PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA I	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender noções básicas da Linguística e suas relações com a aquisição da linguagem, de modo a refletir sobre o ler e o escrever no processo de escolarização dos alunos da Educação Especial na contemporaneidade.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – LINGUÍSTICA E AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

1.1 – O signo e o objeto da Linguística

1.2 – Áreas de interesse

1.3 – Psicolinguística, Sociolinguística e Neurolinguística e suas relações com a aquisição da linguagem dos alunos da Educação Especial

1.3.1 – Aquisição da língua materna

1.3.2 – Aquisição da segunda língua

1.3.3 – Aquisição da escrita

UNIDADE 2 – AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM, ORALIDADE E ESCRITA

2.1 – Psicologia e Linguística: influências de Skinner, Chomsky, Piaget e Vygotsky nos estudos sobre aquisição da linguagem

2.2 – Psicogênese e sociogênese da língua escrita

2.3 - Dimensões sobre o ler e o escrever no processo de escolarização dos alunos da Educação Especial

UNIDADE 3 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 – Centralidade do aluno da Educação Especial

3.2 – Perspectivas dos professores de Educação Especial

3.3 – Usos e funções da língua escrita

3.4 – Diferentes linguagens

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENTES, Anna Christina; MUSSALIN, Fernanda. **Introdução à Linguística 2: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2004.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Editora Scipione, 2000.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

FERREIRO, Emilia. **Cultura escrita e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1973.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO III	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Conhecer novas teorias de aprendizagem que auxiliam na compreensão do processo de aquisição do conhecimento, incluindo elementos relacionais neste processo. Ser capaz de reconhecer elementos subjetivos que perpassam a aprendizagem, auxiliando ou interferindo dentro do processo cognitivo.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – NOVAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM E AS RELAÇÕES SUBJETIVAS COM O APRENDER

1.1 - Teoria Comportamental

1.1.1 - Concepção Comportamentalista

1.1.2 - Condicionamento Clássico Pavlov

1.1.3 - Condicionamento Operante Skinner

1.1.4 - Comportamentalismo e educação

1.2 - Teoria Psicanalítica

1.2.1 - Noções Básicas de Psicanálise

1.2.2 - Fases do desenvolvimento

1.2.3 - Autores Psicanalíticos e contribuições da teoria - Psicanálise e Educação

1.3 - Teoria Simbólico Cultural (Gardner)

1.4 - Teoria Biológica da Cognição (Maturana)

1.5 - Teoria da Modificabilidade Cognitiva (Feuerstein)

1.6 - Teoria Ecológica (Bronfenbrenner)

UNIDADE 2 – ASPECTOS SUBJETIVOS QUE INTERFEREM NA APRENDIZAGEM

2.1 – Aspectos sociais envolvidos na aprendizagem – a relação professor – aprendizagem - ensinagem

2.2 – Organismo, corpo, desejo e inteligência – relação entre objetividade e subjetividade no aprender

2.3 – Elementos do conhecimento: pedagógico – cognitivo – emocional

2.4 – Deficiência e a produção do adoecimento

2.5 – Educação Especial e Psicologia: proximidades e diferenças na intervenção

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia da Educação**. Vol.02. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FEUERSTEIN, Reuven. **Além da inteligência**: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro. Petrópolis,RJ: Vozes, 2014.

GARDNER, HOWARD. **Estruturas da mente**: teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRENNER, CHARLES. **Noções Básicas de Psicanálise**: introdução à psicologia psicanalítica. Rio de janeiro: Imago, 1975.

FERNANDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERNANDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora**: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1994.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **Educação para o futuro**: psicanálise e educação. São Paulo: Escuta, 2000.

MATURANA, Humberto. **A Árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

4º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	(5-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Construir conteúdos teóricos que subsidiem os processos de avaliação escolar dos alunos da Educação Especial.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – AVALIAÇÃO: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICAS

1.1 – Pressupostos teóricos e conceituais dos processos avaliativos

UNIDADE 2 – AVALIAÇÃO COMO PRÁTICA PRODUTORA DOS SUJEITOS

2.1 – Um olhar sobre os manuais diagnósticos

2.2 – Processos de identificação dos alunos público-alvo da Educação Especial no contexto escolar

2.3 – Problematizações acerca das relações entre diagnóstico clínico e as possibilidades de escolarização

UNIDADE 3 – ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA AVALIATIVA

3.1 – Dimensão familiar: aspectos culturais, sociais e econômicos

3.2 – Dimensão escolar:

3.2.1 - Projeto Pedagógico, Currículo e Avaliação

3.2.2 – Contexto de sala de aula: organização do trabalho pedagógico, alternativas metodológicas, recursos educacionais, processos de mediação da aprendizagem

3.3 – Dimensão do sujeito: aspectos cognitivos, linguísticos, psicomotores, interacionais e afetivos

UNIDADE 4 - PARECER PEDAGÓGICO

4.1 – O parecer pedagógico como um dispositivo de mediação dos processos de aprendizagem

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky** – Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Claudio, CAIADO, Kátia & JESUS, Denise (org.). **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

HOFFMAN, Jussara. **Pontos & Contrapontos**: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10** – Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO E EDUCAÇÃO DO SURDO	(3-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Proporcionar o conhecimento acerca do desenvolvimento lingüístico do surdo, assim como o processo de aquisição e desenvolvimento da língua de sinais, enfatizando aspectos relacionados à cognição e à linguagem.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 - DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO DO SURDO

1.1 - Linguagem, língua, signo e comunicação

1.2 - Relação linguagem e surdez

UNIDADE 2 - AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LÍNGUA DE SINAIS

2.1 - Fases da aquisição e do desenvolvimento da língua de sinais

2.2 - Meios favoráveis e fatores que contribui para a aquisição e desenvolvimento da linguagem

UNIDADE 3 - A LÍNGUA DE SINAIS E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

3.1 - O desenvolvimento lingüístico, cognitivo e a construção cultural dos surdos

3.2 - A língua de sinais como língua de ensino e instrução

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Eulalia. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de, SANTOS, Lara Ferreira dos.(org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCAR, 2013.

QUADROS, R. Muller. de. **Educação de surdo**: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, O.; KLEIN, M. (Orgs.). **Cartografias da surdez**: comunidades, línguas, práticas e pedagogia. Porto: Lipsic, 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. & GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Surdez**: processos educativos e subjetividade. SP: Editora Lovise, 2000.

LODI, Ana Claudis B., HARRISON, Kathryn M., CAMPOS, Sandra R. L. de & TESKE, Ottmar (org.) **Letramento em minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOUZA, Regina M. de. **Que palavra que te falta?: Lingüística e educação**: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	LIBRAS I	(2-2)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Discutir aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Proporcionar conhecimentos básicos da Libras, possibilitando a comunicação entre surdos e ouvintes.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – ESTRUTURA LÍNGUÍSTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

- 1.1 – O que é sinal?
- 1.2 – Estudos linguísticos das línguas de sinais
- 1.3 – Parâmetros da Libras
- 1.4 – Tipos de frases na Libras
- 1.5 – Incorporação da negação

UNIDADE 2 – INTERTEXTUALIDADE – SINAIS BÁSICOS E EXPANSÃO DO VOCABULÁRIO DE SINAIS

- 2.1 – Saudações (nome próprio em alfabeto e batismo pessoal)
- 2.2 – Soletração com alfabeto datilológico
- 2.3 – Numerais cardinais e ordinários
- 2.4 – Pronomes pessoais
- 2.5 – Cores
- 2.6 – Gênero e família
- 2.7 – Expressões idiomáticas relacionadas ao ano sideral/calendário/datas comemorativas
- 2.8 – Animais
- 2.9 – Verbos que incorporam a negação
- 2.10 – Verbos I

UNIDADE 3 – INTERAÇÕES COMUNICATIVAS

- 3.1 – Narrações simples em Libras
- 3.2 – Dramatizações
- 3.3 - Conversação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina. **Dicionário Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. 3.ed. Volumes 1 e 2. São Paulo: Edusp, 2013.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Volumes I e II. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira. (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEFET, SC. **Aprendendo LIBRAS como segunda língua**: Nível Básico. Santa Catarina, 2007.

FELIPE, Tanya A. **Libras em Contexto**: Curso Básico: Livro do Estudante. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

GESSER, Audrei. **Libras?** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STROBEL, Karin Lilian. FERNANDES, Sueli. **Aspectos linguísticos da Libras**. SEED/SUED/DEE: Curitiba, 1998.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	MATEMÁTICA E EDUCAÇÃO ESCOLAR II “B”	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender os conteúdos matemáticos básicos referentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Articular os conteúdos de Matemática a outras áreas do conhecimento, através da busca de alternativas metodológicas que contemplem diferentes práticas educativas na Educação Especial.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA PRÁTICA EDUCACIONAL EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 5 1.1 – Tecnologia Assistiva e a Educação Matemática
- 6 1. 1.1 - Recursos pedagógicos adaptados
- 7 1.2 Educação Matemática para aluno surdo
- 8 1.3 Educação Matemática para aluno com deficiência mental

9

10 UNIDADE 2 - OPERAÇÕES COM NÚMEROS RACIONAIS

- 11 2.1 - Significado das operações
- 12 2.2 - Cálculos e resolução de problemas

13 UNIDADE 3 - ESPAÇO E FORMA

- 14 3.1 - Espaço perceptivo e representativo
- 15 3.2 - Figuras bidimensionais
- 16 3.3 - Figuras tridimensionais

17

18 UNIDADE 4 - GRANDEZAS E MEDIDAS

- 19 4.1 - Aspectos históricos
- 20 4.2 - Medidas de comprimento, capacidade, massa, tempo, ângulos
- 21 4.3 - Relação entre unidades usuais

UNIDADE 5 - TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO - ELEMENTOS BÁSICOS

- 5.1 - Estatística
- 5.2 - Combinatória
- 5.3 - Probabilidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

NACARATO, Adair; MENGALI, Brenda Lemes da Silva; PASSOS, Cármem Lúcia Brancaglioni. **A Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**: tecendo fios do ensino e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TREVISAN, P. F. F. **Ensino de conceitos científicos para estudantes surdos**: construção e implementação de um software educacional. Manaus – UEA, 2008. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências na Amazônia), Universidade do Estado do Amazonas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALRO, Helle. **Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática** / Helle Alro e Ole Skovsmose; Tradução: Orlando Figueiredo. - Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 160 p. - (Tendências em Educação Matemática)

DEVLIN, Keith. **Os problemas do milênio, sete grandes enigmas matemáticos do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLBERT, Clarissa. **Novos rumos na aprendizagem da Matemática**: conflito, reflexão e situação-problemas. Porto Alegre: Meditação, 2002.

RAMOS, Luzia Faraco. [Conversas sobre Números, Ações e Operações](#): Uma operação criativa para o ensino da matemática nos primeiros anos. 1. ED. São Paulo, Ed. Ática, 2009.

SADOVSKY, Patrícia. O ensino de matemática hoje: Enfoques, sentidos e desafios. 1ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA “B”	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Construir uma base teórica em Geografia que possibilite uma formação direcionada ao entendimento das questões relacionadas ao espaço geográfico.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1- A GEOGRAFIA NO CENÁRIO DAS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

- a. - Ensino de Geografia e Educação Inclusiva: aspectos legais e orientações pedagógicas
- 1.2 - Política de educação ambiental: interação homem e sociedade na construção do espaço social

UNIDADE 2 - AS RELAÇÕES ESPACIAIS E A TOMADA DE CONSCIÊNCIA DO ESPAÇO SOCIAL

- 2.1 - As etapas da construção da noção de espaço pela criança
- 2.2 - As relações topológicas, projetivas e euclidianas
- 2.3 - A compreensão do mundo a partir do estudo do lugar
- 2.4 - O desenvolvimento de habilidades para leitura, compreensão e representação do espaço geográfico

UNIDADE 3 - ORGANIZAÇÃO E SELEÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA A PRÁTICA EDUCATIVA

- 3.1 - O trabalho com conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais na Educação Básica
- 3.2 - Alternativas metodológicas do ensino da Geografia para a Educação Especial: o lúdico e a construção e reconstrução das noções de mundo e de diferentes representações do espaço pela criança
- 3.3 - As representações do espaço e o aluno com deficiência visual – a cartografia tátil

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela Doin. de. **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Rosângela Doin. de; PASSINI, Elza Y. **O espaço geográfico**: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2013.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.) **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. 10ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica**: teorias e práticas docentes. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SCHÄFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André. **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

PIAGET, Jean & INHELDER, Barbel. **A representação do espaço na criança**. Tradução de Bernadina Machado de Albuquerque. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Primeiros mapas**: como entender e construir. São Paulo: Ática, 1993. 8 vol.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA “B”	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender a História e seus objetivos. Identificar e analisar diferentes fontes de construção da História e apropriação de conceitos necessários para compreensão desta. Refletir e debater sobre a importância dos conteúdos de História na formação da identidade de novos sujeitos históricos. Analisar e definir diferentes formas de colaboração do Professor de Educação Especial para o ensino de História.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

- 1.1 – A História, as fontes de construção da História (documentos históricos)
- 1.2 – O fato histórico
- 1.3 - O tempo histórico

UNIDADE 2 – O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E CONCEITOS DE HISTÓRIA

- 2.1 – Tempo, memória e relações sociais: conceitos estruturantes da História

UNIDADE 3 – APROXIMAÇÕES ENTRE OS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA E OS SUJEITOS DE APRENDIZAGEM

- 3.1 – A História a partir de perguntas e investigações

UNIDADE 4 – O TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

- 4.1 – O Professor de Educação Especial e o ensino da História

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Práticas pedagógicas em História**: espaço, tempo e corporeidade. Erechim: Edelbra, 2012.

HICKMANN, Roseli Inês (org). **Estudos Sociais**: outros saberes e outros sabores. Porto Alegre: Mediação, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1998.

GAUER, Ruth M. Chittó; SILVA, Mozart Linhares da. **Tempo/História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LOMBARDI, José. C. (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. História, Filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados, 2001.

SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **História e História da Educação**. O debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 2000.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	METODOLOGIA PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA II	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Conhecer as políticas e práticas de alfabetização/letramento voltadas aos alunos da Educação Especial no processo de escolarização, de modo a explorar a leitura, a produção e análise linguística do texto na intervenção pedagógica.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO/LETRAMENTO

- 1.1 – Políticas de alfabetização/letramento na contemporaneidade
- 1.2 – Usos e funções da língua escrita na produção de sujeitos alfabetizados, sujeitos letrados
- 1.3 – Práticas de alfabetização/letramento voltadas aos alunos da Educação Especial
 - 1.3.1 - Alfabetização/letramento na Educação Infantil e nos Anos Iniciais
 - 1.3.2 - Alfabetização/Letramento na Educação de Jovens e Adultos

UNIDADE 2 – O ALUNO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO LEITOR E PRODUTOR DE TEXTOS NO

PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

- 2.1 – Contexto, pretexto e texto
- 2.2 – Caracterização linguística dos textos
 - 2.2.1 – Textos literários: conto, novela, obra teatral e poema
 - 2.2.2 – Textos jornalísticos: notícia, artigo de opinião, reportagem e entrevista
 - 2.2.3 – Textos de informação científica: definição, nota enciclopédia, relato de experimentos, monografia, biografia e relato histórico
 - 2.2.4 – Textos instrucionais: receitas e instruções
 - 2.2.5 – Textos epistolares: carta e solicitação
 - 2.2.6 – Textos humorísticos: história em quadrinhos
 - 2.2.7 – Textos publicitários: anúncio, cartaz e folheto
- 2.3 – Leitura, produção e análise linguística de textos na sala de recursos e na sala de aula

UNIDADE 3 - PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA PRÁTICAS SIGNIFICATIVAS A

PARTIR DO TEXTO

- 3.1 – Leitura deleite
- 3.2 – Jogos pedagógicos
- 3.3 – Oficinas pedagógicas
- 3.4 – Possibilidades digitais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever**: uma proposta construtivista. Tradução de Ana Maria Neto Machado. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MELLO, Suely Amaral (orgs.). **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

KATO, Mary (org.). **A concepção da escrita pela criança**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **O texto na alfabetização**. Coesão e coerência. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

5º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA O ALUNO SURDO	(3-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:

Refletir sobre as concepções metodológicas, abordando a importância da Educação Bilíngüe na educação dos surdos, apontando estratégias pedagógicas.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 - LEGISLAÇÃO RELACIONADA À EDUCAÇÃO DE SURDOS

- 1.1 - Serviços e modalidades
- 1.2 - Documentos legais

UNIDADE 2 - O TRABALHO PEDAGÓGICO DO EDUCADOR ESPECIAL

- 2.1 - Escola bilíngüe
- 2.2 - Atendimento Educacional Especializado

UNIDADE 3 - LINGUAGENS E RECURSOS

- 3.1 - Exploração e desenvolvimento da fala, leitura e escrita

UNIDADE 4 - ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO SURDO

- 4.1 - Literatura surda
- 4.2 - Uso de tecnologias
- 4.3 - Pedagogia visual
- 4.4 - Lúdico

UNIDADE 5 - RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO

- 5.1 - Espaços e sujeitos
- 5.2 - Aspectos relacionados à linguagem
- 5.3 - Métodos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2ª ed. Curitiba: Ibpx, 2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de, SANTOS, Lara Ferreira dos.(org.)**Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCAR,2013.

LODI, Ana Claudia Balieiro, LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de.(org) **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KARNOPP, Lodenir Becker, KLEIN, Madalena, LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. **Cultura surda na contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed.ULBRA, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de, SCHMIEDT, Magali L.P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SÁ, Nídia de. **Surdos**: qual escola? Manaus: Editora Valer e Edua,2011.

SOUZA, Regina Maria de, SILVESTRE, Núria, ARANTES, Valéria Amorim(org.). **Educação de surdos**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

THOMA, Adriana da Silva, KLEIN, Madalena (org.) **Currículo & avaliação**: a diferença surda na escola. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	ARTES VISUAIS E EDUCAÇÃO ESPECIAL “B”	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Vivenciar experiências no campo das Artes Visuais que ampliem possibilidades para pensar a Educação Especial na interface com múltiplas visualidades, com historiografias artísticas, com políticas educacionais e processos que se entrecruzam com tais áreas de atuação numa perspectiva de promoção da diferença.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – PRÁTICAS E PROCESSOS NO CAMPO DAS ARTES VISUAIS

- 1.1 – Algumas das historiografias artísticas: o que o passado tem a nos dizer hoje?
- 1.2 - Arte contemporânea: a produção artística como potência inventiva para o pensamento
- 1.3 - Visualidades para pensar a promoção da diferença

UNIDADE 2 – A EDUCAÇÃO DAS ARTES VISUAIS NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 2.1 – Políticas educacionais entre a Educação Especial e a Educação das Artes Visuais: alguns possíveis trânsitos
- 2.2 – O que podemos aprender com o entrecruzamento entre a Educação das Artes Visuais e a Educação Especial?

UNIDADE 3 – A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EM ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 3.1 – Planejamento e produção da experiência educativa em Artes Visuais na Educação Especial: algumas possibilidades
- 3.2 – Aprendendo junto: planejamento, avaliação e interlocutores que possibilitem o diálogo entre Artes Visuais e Educação Especial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COCCHIARALE, Fernando. **Quem tem medo da arte contemporânea**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.

COLI, Jorge. **O que é arte**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

VAN MANEN, Max. **Investigación educativa y experiencia vivida**. Barcelona: Idea books, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARNOLD, Dana. **Introdução à história da arte** [tradução Jacqueline Valpassos]. São Paulo: Ática, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição** [tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado]. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2006b.

BELTING, Hans. **O fim da história da arte** – uma revisão dez anos depois [tradução Rodnei Nascimento]. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LEVY, Tatiana. **A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze**. RJ: Civilização Brasileira, 2011.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	EDUCAÇÃO E MOVIMENTO HUMANO	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Conhecer e compreender os aspectos do movimento humano, seu desenvolvimento, importância e implicações na Educação.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – MOVIMENTO HUMANO

- 1.1 - Conceituações
- 1.2 – Movimento humano e desenvolvimento humano
- 1.3 – O movimento humano e as diferentes abordagens na Educação

UNIDADE 2 – MOVIMENTO HUMANO, DESENVOLVIMENTO MOTOR E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

- 2.1 – Conceituações de comportamento e desenvolvimento motor
- 2.2 – Componentes do desenvolvimento motor
- 2.3 – Desenvolvimento motor e suas relações com os domínios do desenvolvimento
- 2.4 – Fatores que influenciam o desenvolvimento motor
- 2.5 – Modelos de desenvolvimento motor
- 2.6 – Capacidades e habilidade motoras: conceitos, características e classificação

UNIDADE 3 – MOVIMENTO HUMANO, IMAGEM CORPORAL E A EDUCAÇÃO

- 3.1 – A singularidade e o dinamismo da imagem corporal
- 3.2 – O movimento humano no desenvolvimento da imagem corporal relacionado ao processo ensino-aprendizagem

UNIDADE 4 – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E APLICAÇÃO PRÁTICA DE ATIVIDADES ATRAVÉS DO MOVIMENTO HUMANO

- 4.1 – Elaboração e organização de atividades
- 4.2 – Educação pelos movimentos corporais em diferentes atividades

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONSECA, V.; **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed. 2008.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C., GOODWAY, J., D. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7ª Edição. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

HAYWOOD, K.M.; GETCHELL, N. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. 5ª edição Porto Alegre: Artmed, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GORGATTI, M., G.,; DA COSTA, R., F. **Atividade Física Adaptada**: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Editora Manole, 2005.

MARTIN, M., C. JÁUREGUI, M., V.; SALVADOR LÓPEZ, M., L. **Incapacidade Motora**: orientações para adaptar a escola. Artmed Editora. Porto Alegre, 2004.

NEGRINE, A. **O Corpo na Educação Infantil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

PAYNE, V. Gregory.; ISAACS, Larry. D. **Desenvolvimento motor humano**. 6ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

SOLER, R. **Educação Física Inclusiva**: em busca de uma escola plural. Rio de Janeiro: Sprint. 2005.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	EDUCAÇÃO MUSICAL "B"	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Desenvolver e implementar atividades musicais. Identificar e utilizar os elementos básicos da linguagem musical (altura, ritmo, dinâmica, texturas, expressividade) e as possibilidades de representação e grafia musical. Compreender a experiência musical como formativa em dois aspectos: a) o da sensibilidade estética, enquanto experiência individual; e b) o da socialização, enquanto experiência culturalmente compartilhada.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES
<p>UNIDADE 1 - AS DIFERENTES DIMENSÕES DA MÚSICA</p> <p>1.1 - Música e multiculturalidade</p> <p>1.2 - A música na escola</p> <p>1.3 - Cultura popular e cultura erudita, mídia e mercado na formação de repertório</p> <p>UNIDADE 2 - OS SONS QUE NOS ENVOLVEM - A (RE)DESCOBERTA DA PAISAGEM SONORA</p> <p>2.1 - Formas de organização do material sonoro</p> <p>UNIDADE 3 - PAISAGENS MUSICAIS</p> <p>3.1 - Exercícios de invenção musical</p> <p>3.2 - Histórias musicadas, jogos musicais, trilhas sonoras e jingles</p> <p>3.3 - Possibilidades de registro e escrita musicais</p> <p>3.4 - Música e visualidade</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil:** propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2003.

SCHAFFER, Murray. **O ouvido pensante.** 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2011.

SOUZA, Jusamara (Org.). **Aprender e ensinar música no cotidiano.** 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONTEERRADA, Marisa Trench. **De tramas e fios:** um ensaio sobre música e educação. São Paulo: UNESP, 2008.

KEBACH, Patricia (Org.) **Expressão musical na Educação Infantil.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

MADALOZZO *et all.* **Fazendo música com crianças.** Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SCHAFFER, Murray. **A afinação do mundo.** São Paulo: UNESP, 2012.

SOUZA, Jusamara. **O que faz a música na escola?** Concepções e vivências de professores do Ensino Fundamental. Série Estudos. Porto Alegre, 2002.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS	(3-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender a significação da Língua Portuguesa para os alunos surdos, elucidando aspectos relevantes da produção textual desta comunidade.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA PELOS ALUNOS SURDOS

- 1.1 - O significado social da escrita para os alunos surdos
- 1.2 - A Língua de Sinais como suporte linguístico para a aprendizagem da Língua Portuguesa
- 1.3 - A gramática da Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos

UNIDADE 2 – A LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA POR SURDOS

- 2.1 - Características da produção escrita de surdos
- 2.2 - A produção textual do aluno surdo

UNIDADE 3 – AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO TEXTUAL PELO ALUNO SURDO

- 3.1 - A questão da coesão na escrita textual de alunos surdos
- 3.2 - A questão da coerência na escrita de alunos surdos
- 3.3 - Processos de avaliação em segunda língua de alunos surdos

UNIDADE 4 – ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS

- 4.1 - Literatura infantil na produção escrita da Língua Portuguesa para alunos surdos
- 4.2- Estratégias de ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (org.). **Cultura Surda & LIBRAS**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (org.). **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da Educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Denise. **LIBRAS**: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças). 2ª ed. Ideia, 1998.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1985.

LODI, Ana Claudis B., HARRISON, Kathryn M., CAMPOS, Sandra R. L. de & TESKE, Ottmar (org.) **Letramento em minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

QUADROS, R.M., SCHIMIEDT, M.L.P. **Ideias para ensinar Português para surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para surdos**: interfaces entre Pedagogia e Linguística. Vol. 02. Porto Alegre: Mediação, 1999.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	JOGO TEATRAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR “B”	(4-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Compreender as diferentes abordagens para o jogo teatral na educação escolar, enfatizando o ensino do teatro e as práticas pedagógicas com os alunos da Educação Especial.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES
<p>UNIDADE 1 - A EMERGÊNCIA DO TEATRO NO CONTEXTO EDUCACIONAL</p> <p>1.1 - Origem do teatro, jogos dramáticos e jogos teatrais</p> <p>1.2 - Teorias sobre imitação, brinquedo e jogo</p> <p>1.3 - O ensino do teatro e as tendências pedagógicas</p> <p>UNIDADE 2 - NOÇÕES DO TRABALHO CORPORAL EM SALA DE AULA</p> <p>2.1 - Senso percepção</p> <p>2.2 - Movimentos fundamentais da locomoção</p> <p>2.3 - Mobilização funcional</p> <p>2.4 - Qualidade do movimento</p> <p>2.5 - Composição corporal criadora</p> <p>UNIDADE 3 - O JOGO DRAMÁTICO E O JOGO TEATRAL: TERMINOLOGIA E PRINCÍPIOS</p> <p>METODOLÓGICOS</p> <p>3.1 - Objetivos do jogo dramático</p> <p>3.2 - Objetivos do jogo tetral</p> <p>3.3 - A base do jogo dramático</p> <p>3.4 - A base do jogo tetral</p> <p>UNIDADE 4 - IMPROVISACÃO: ESTRUTURA, NATUREZA E SENTIDO</p> <p>4.1 - Origem e objetivos da improvisação</p> <p>4.2 - Improvisação como elemento implícito no teatro formalizado</p> <p>4.3 - Improvisação como recurso explícito no teatro</p> <p>UNIDADE 5 - O ENSINO DO TEATRO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</p> <p>5.1 - O teatro como expressão e comunicação</p> <p>5.2 - O teatro como produto cultural e apreciação estética</p> <p>5.3 - Objetivos, metodologia e avaliação no contexto da Educação Especial</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BROUGÈRE, Gilles. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

REVERBEL, Olga, **Jogos teatrais na escola: atividades globais de expressão**. Série: Pensamento e Ação no Magistério. Editora Scipione, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não ator com vontade de dizer algo através do teatro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.

CHACRA, Sandra. **A natureza e sentido do jogo teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	LIBRAS II	(2-2)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Discutir aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Construir conhecimentos básicos da Libras, possibilitando a comunicação entre surdos e ouvintes.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – ESTRUTURA LINGÜÍSTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

- b. – Sistema pronominal (possessivos, demonstrativos, interrogativos, indefinidos)
- c. - Advérbios de lugar
- d. - Advérbios de tempo
- e. – Classificadores descritivos, especificadores, plural, instrumental e de corpo
- f. – Incorporação de intensificadores

UNIDADE 2 – INTERTEXTUALIDADE – SINAIS BÁSICOS E EXPANSÃO DO VOCABULÁRIO DE SINAIS

- 2.1 – Horas
- 2.2 – Frutas
- 2.3 – Alimentos
- 2.4 – Transportes
- 2.5 – Objetos escolares
- 2.6 – Sinais relacionados ao ambiente escolar/níveis de escolaridade
- 2.7 – Verbos II

UNIDADE 3 – INTERAÇÕES COMUNICATIVAS

- 3.1 – Narrações em sequência lógica
- 3.2 – Dramatizações
- 3.3 - Conversação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina. **Dicionário Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. 3.ed. Volumes 1 e 2. São Paulo: Edusp, 2013.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Volumes I e II. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2009.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEFET, SC. **Aprendendo LIBRAS como segunda língua**: Nível Básico. Santa Catarina, 2007.

CEFET, SC. **Aprendendo LIBRAS como segunda língua**: Nível Intermediário. Santa Catarina, 2007.

FELIPE, Tanya A. **Libras em Contexto**: Curso Básico: Livro do Estudante. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

6º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	ESTÁGIO SUPERVISIONADO/SURDEZ	(4-10)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Atuar pedagogicamente avaliando o processo de aprendizagem do aluno surdo, considerando os aspectos socioculturais, cognitivos, linguísticos, emocionais e psicomotores. Atuar pedagogicamente avaliando o contexto escolar para as transformações necessárias.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 - ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

- 1.1 - Delimitação do campo de estágio
- 1.2 - Determinação do tema a ser abordado na prática pedagógica
- 1.3 - Elaboração dos objetivos

UNIDADE 2 - REGÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

- 2.1 - Elaboração, execução e avaliação dos Projetos Pedagógicos

UNIDADE 3 - RELATÓRIO TEÓRICO-PRÁTICO DA ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

- 3.1 - Elaboração do relatório das atividades desenvolvidas na prática do estágio
- 3.2 - Apresentação e defesa do relatório

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2ª ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

LODI, Ana Claudia Balieiro, LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (org.). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SOUZA, Regina Maria de, SILVESTRE, Núria, ARANTES, Valéria Amorim(org.). **Educação de surdos**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, O.; KLEIN, M. (Orgs.). **Cartografias da surdez**: comunidades, línguas, práticas e pedagogia. Porto: Lipsic, 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de, SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCAR, 2013.

LODI, Ana Claudis B., HARRISON, Kathryn M., CAMPOS, Sandra R. L. de & TESKE, Ottmar (org.) **Letramento em minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SKLIAR, Carlos. (Org.) **Atualidade da Educação Bilingüe para surdos**: processos e projetos pedagógicos. V.1. Porto Alegre: Mediação, 1999. P.163-188.

THOMA, Adriana da Silva, KLEIN, Madalena (org.). **Currículo & avaliação: a diferença surda na escola**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	LIBRAS III	(2-2)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Discutir aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Proporcionar conhecimentos básicos da Libras, possibilitando a comunicação entre surdos e ouvintes.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – ESTRUTURA LINGÜÍSTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

- 1.1 – Comparativos de superioridade, inferioridade e igualdade
- 1.2 - Uso do espaço, estabelecimento de referentes
- 1.3 – Rolle Play

UNIDADE 2 – INTERTEXTUALIDADE – SINAIS BÁSICOS E EXPANSÃO DO VOCABULÁRIO DE SINAIS

- 2.1 – Vestuário e acessórios
- 2.2 – Adjetivos
- 2.3 – Profissões
- 2.4 - Sinais relacionados aos meios de comunicação e trabalho
- 2.5 - Sinais relacionados a valores monetários e transações comerciais
- 2.6 - Documentos pessoais
- 2.7 – Localização do espaço geográfico (cidades, estados, países)
- 2.8 – Corpo humano e sinais relacionados à saúde
- 2.9 – Objetos caseiros
- 2.10 - Verbos III

UNIDADE 3 – INTERAÇÕES COMUNICATIVAS

- 3.1 – Narrações complexas em Libras
- 3.2 – Dramatizações
- 3.3 - Conversação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina. **Dicionário Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. 3.ed. Volumes 1 e 2. São Paulo: Edusp, 2013.

COUTINHO, Denise. **LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças)**, 2ª ed. Ideia, 1998.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. Volumes I e II. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEFET, SC. **Aprendendo LIBRAS como segunda língua: Nível Básico**. Santa Catarina, 2007.

CEFET, SC. **Aprendendo LIBRAS como segunda língua: Nível Intermediário**. Santa Catarina, 2007.

FELIPE, Tanya A. **Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante**. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	PESQUISA EM EDUCAÇÃO	(3-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Reconhecer e aplicar as principais metodologias de pesquisa às temáticas da Educação. Construir um projeto de pesquisa para servir de subsídio para o desenvolvimento dos relatórios de Estágio Supervisionado.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES
<p>UNIDADE 1 - METODOLOGIAS DE PESQUISA</p> <p>1.1 - Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa</p> <p>1.2 - Pesquisa ação</p> <p>1.3 - Pesquisa participante</p> <p>1.4 - Estudo de caso</p> <p>UNIDADE 2 - PLANEJAMENTO DA PESQUISA E EXERCÍCIO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO</p> <p>2.1 - Seleção de tema</p> <p>2.2 - Produção de estado da arte</p> <p>2.3 - Delimitação do tema</p> <p>2.4 - Formulação do problema</p> <p>2.5 - Definição de objetivos</p> <p>2.6 - Definição de metodologia</p> <p>UNIDADE 3 - TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS</p> <p>3.1 - Questionário</p> <p>3.2 - Entrevista</p> <p>3.3 - Diário de campo</p> <p>3.4 - Observação</p> <p>UNIDADE 4 - ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS</p> <p>4.1 - Comitê de ética em pesquisa</p> <p>4.2 - Termo de consentimento livre e informado</p> <p>UNIDADE 5 – PROJETO DE PESQUISA</p> <p>5.1 – Elaboração do projeto de pesquisa</p> <p>5.2 – Apresentação e defesa do projeto de pesquisa</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo do caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WELER, Vivian; PFAFF, Nicole (org.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em Educação**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

7º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA MENTAL	(3-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:

Identificar, analisar e selecionar possibilidades de intervenção pedagógica junto ao aluno com deficiência mental no contexto educacional contemporâneo, de acordo com aspectos que determinam seus processos de aprendizagem e desenvolvimento.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – ESPAÇOS DE ATUAÇÃO E ENFOQUES METODOLÓGICOS

- 1.1 Espaço-tempo da escola regular e o atendimento em Educação Especial
- 1.2 Espaço-tempo da escola especial

UNIDADE 2 – SUJEITO DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

- 2.1 – História de vida
- 2.2 – Pareceres pedagógicos
- 2.3 – Estratégias metodológicas e avaliativas diferenciadas
- 2.4 – Relações interpessoais

UNIDADE 3 - POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

- 3.1 Ações no contexto da escola regular
- 3.2 Ações no contexto da escola especial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CARNEIRO, Maria Sylvia. **Adultos com Síndrome de Down**: a Deficiência Mental Como Produção Social. Campinas: Papirus, 2008.

VYGOTSKY, L. S. Obras Escogidas – **Tomo V. Fundamentos de defectologia**. Madrid: Machado Libros, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Ligia. Assunção. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe, 1995.

BRASIL. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar** – O atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913

COLL, César; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: ARTMED, 1995.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente mental no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. **In/exclusão**: nas tramas da escola. Canos: ED. ULBRA, 2007. p. 11 – 33.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	DEFICIÊNCIA MENTAL: CONTEXTOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS	(3-1)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Conhecer a história do atendimento educacional, conceito, definições e avaliação do aluno com deficiência mental, e analisar aspectos referentes ao seu desenvolvimento. Identificar possibilidades de organização da prática pedagógica em Educação Especial centrada no aluno com deficiência mental.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – HISTÓRIA E ATENDIMENTO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

- 1.1 – Relação entre a história e a pessoa com deficiência mental
- 1.2 – 1.2 - Relações, concepções sociais e as práticas sociais e políticas em relação à pessoa com deficiência mental
- 1.3 – O atendimento educacional do aluno com deficiência mental

UNIDADE 2 – CONCEITO, DEFINIÇÕES E AVALIAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA MENTAL

- 2.1 – Conceito e definições
- 2.2 – Avaliação, identificação e produção da deficiência mental

UNIDADE 3 – DEFICIÊNCIA MENTAL: ASPECTOS REFERENTES AO DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 3.1 – Desenvolvimento e aprendizagem
- 3.2 – Mediação dos processos cognitivos
- 3.3 – Estratégias pedagógicas e educacionais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSUMPÇÃO Jr, Francisco B.; SPROVIERI, Maria Helena. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. São Paulo: Memnon, 2000.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANKS-LEITE Luci; GALVÃO, Izabel. **A Educação de um Selvagem**: as experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Cortez, 2000.

CROCHIK, J.L. **Preconceito**: indivíduo e cultura. São Paulo: Robe, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Tr, Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

PRIOSTE, Cláudia; RAIÇA, Darcy; MACHADO, Maria Luiza Gomes. **Questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	TECNOLOGIA ASSISTIVA	(4-0)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de :

Desenvolver as habilidades para avaliar, selecionar, prescrever e construir adaptações e dispositivos tecnológicos que atendam as necessidades de alunos com deficiência, facilitando as atividades de sala de aula, bem como a socialização e o desempenho de atividades educacionais.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1- INTRODUÇÃO À TECNOLOGIA ASSISTIVA

- 1.1 - Conceito
- 1.2 - Objetivos
- 1.3 - Categorias
- 1.4 - Políticas

UNIDADE 2 – RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A SALA DE AULA

- 2.1 - Introdução à adequação postural
- 2.2 - Recursos de acesso ao computador
- 2.3 - Materiais adaptados
- 2.4 - Jogos, brinquedos e brincadeiras adaptadas

UNIDADE 3 – ACESSIBILIDADE

- 3.1 - Conceitos e objetivos
- 3.2 - Normas da ABNT
- 3.3 - Comunidade Acessível

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Assistiva: Tecnologia e Educação, Porto Alegre – RS, 2013.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS Brasil). **Tecnologia Assistiva nas Escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência**. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT. **Norma Brasileira 9050 – NBR 9050**, 2004.

COOK, A.M. & HUSSEY, S.M. **Assistive technologies: principles and practice**. St Louis: Mosby, 1994.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS Brasil). **Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva**. Jesus Carlos Delgado García; Teófilo Alves Galvão Filho. São Paulo: ITS BRASIL/MCTI-SECIS, 2012.

MANTOAN, M. T. E. **A tecnologia aplicada à educação na perspectiva inclusiva**. Mimeo, 2005.

TEIXEIRA, E. et al. **Terapia ocupacional na reabilitação física**. São Paulo: Roca, 2003.

8º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
EAD	ESTÁGIO SUPERVISIONADO/DEFICIÊNCIA MENTAL	(4-10)

OBJETIVOS - ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:

Organizar a intervenção pedagógica junto ao aluno com deficiência mental, considerando os aspectos socioculturais, cognitivos, linguísticos, emocionais e psicomotores, e avaliar seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, bem como as transformações possíveis no contexto de escolarização.

TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – CONTEXTO DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

- 1.1 – Espaço-tempo escolar e a transversalidade da Educação Especial
- 1.2 – Projeto Pedagógico da Escola
- 1.3 – Regimento Escolar
- 1.4 – Plano de Estudos
- 1.5 - Sujeito no contexto da intervenção pedagógica

UNIDADE 2 – PLANO DE INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 2.1 – Dados de identificação
- 2.2 – Justificativa da organização do Atendimento Educacional Especializado
 - 2.2.1 – Ações na escola
 - 2.2.2 – Ações na sala de recursos multifuncionais
- 2.3 – Objetivos
- 2.4 – Atividades
- 2.5 – Metodologia
- 2.6 - Recursos
- 2.7 – Parcerias
- 2.8 – Avaliação

UNIDADE 3 – RELATÓRIO DE ESTÁGIO

- 3.1 - Elaboração do relatório das atividades desenvolvidas na atuação pedagógica
- 3.2 - Apresentação e defesa do relatório

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSUMPÇÃO JUNIOR, Francisco B.; SPROVIERI, Maria Helena. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. São Paulo: Memnon, 2000.

COLL, Cézar; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro (orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Necessidades educativas especiais e aprendizado escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual (2ª edição revista e ampliada). 2. ed. Rio de Janeiro/RJ: NAU, 2014. v. 1. 296p

1. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar** – O atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canos: ED. ULBRA, 2007. p. 11 – 33.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; GARCIA, Regina Leite (Org.). **Currículo na contemporaneidade**: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. Marília: ABPEE, 2012.

SKLIAR, Carlos; LARROSA, Jorge. **Habitantes de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

AVALIAÇÃO

Um dos desafios atuais da universidade pública é a procura e/ou manutenção da qualidade do ensino, e, ao mesmo tempo, ampliação do acesso e da acessibilidade buscando a diminuição das assimetrias sociais, consoante sua missão pública comprometida com um projeto social para o país.

A partir da percepção da importância da Educação Superior para o desenvolvimento econômico e social como produtora de ciência, tecnologia e inovação, novas exigências são feitas às universidades, principalmente às públicas. A contrapartida do Estado financiador é a qualidade, decorrendo desta relação os processos de avaliação e regulação da Educação Superior.

Os argumentos para a exigência da avaliação são diversos: assegurar a qualidade; a distribuição com o uso adequado dos recursos públicos, que são escassos; expandir o sistema; produzir informações objetivas com ênfase nos resultados, permitindo a comparação e ampla divulgação aos interessados.

A avaliação da Educação Superior, em nosso país, teve como primeira experiência, e ainda a mais duradoura, a desenvolvida a partir de 1976 pela CAPES, para avaliar os cursos e programas de pós-graduação. Diferentes propostas de avaliação foram implementadas, conforme concepções de Educação Superior dos últimos Governos.

O modelo preponderante no nosso país teve como concepção a avaliação focada nos resultados, na lógica da eficiência e da competitividade através da mensuração, comparação, quantificação do controle e da racionalidade próprios de uma visão economicista do ensino superior. Ou seja, vinculada ao controle de resultados e do valor de mercado, resultando em ranqueamento das instituições com previsão de alocação de recursos financeiros e como organizador social de estudantes e profissionais. É o modelo de avaliação reguladora.

Em contrapartida, outro modelo de avaliação, que vai além da mera quantificação e medição de performances, entende a universidade com suas funções múltiplas, discute o próprio sentido da existência da instituição, e percebe o conhecimento produzido também como instrumento de cidadania. É a chamada avaliação emancipatória, que requer reflexão tanto sobre a prática quanto aos efeitos da avaliação. Este modelo não prescinde de aspectos quantitativos no processo, porém estes devem receber um entendimento qualitativo através de juízos de valor.

O ideal seria um sistema que combine os aspectos de regulação com a avaliação emancipatória, objetivando a qualidade acadêmica.

A avaliação da universidade deve ser considerada como uma atividade essencial para o aperfeiçoamento acadêmico, a melhoria da gestão universitária e a prestação de contas à sociedade, que é, em última análise, quem a financia.

Dentro dessa perspectiva, e dimensionando a universidade como instituição social, e entendendo a qualidade de ensino não como um fim em si mesmo, este Curso de Educação Especial - Licenciatura (a distância), propõe-se um modelo de avaliação considerando aspectos quanti-qualitativos que balizem os objetivos do Curso e da própria instituição.

Como primeira medida há que retomar o processo de sensibilização interna para a implantação de uma cultura avaliativa de tal forma que a comunidade acadêmica – alunos, professores e técnico-administrativos em educação, identifiquem a real necessidade de auto-avaliação como processo rotineiro e inerente ao fazer universitário, e não como atividade primeira para satisfazer necessidades de pontuação dos professores ou atender demandas da reitoria ou do próprio ministério.

Assim sendo, pretende-se analisar a realidade do Curso compreendendo suas peculiaridades; a estrutura curricular; identificar a contribuição da pesquisa e da extensão; os recursos materiais quanto à infraestrutura física e laboratórios de ensino (salas de aula, espaço para convivência, acesso à biblioteca e aos recursos do laboratório de informática), número e pertinência de volumes disponíveis na biblioteca; aspectos administrativos e de gestão (secretaria e coordenação do Curso), e outras variáveis e indicadores que se fizerem necessários. Esta avaliação deverá ser copartícipe com as Comissões de Avaliação do Centro de Educação e da Universidade Federal de Santa Maria.

O resultado dos dados quantitativos da avaliação, que deverão receber obrigatoriamente uma análise qualitativa, servirá como motivador para debates na comunidade acadêmica envolvida com o Curso, com o objetivo de busca de qualificação permanente. Para essa metodologia será imprescindível o estabelecimento de mecanismos que favoreçam a participação da comunidade externa.

Em determinados momentos, consoante a programação da UFSM e MEC, ocorreram a avaliação externa, necessária como balizadora da autoavaliação (corroborar a avaliação interna ou apontar avaliação autobenevolente).

Por último, embora a universidade e, por conseguinte, o Curso de Educação Especial - Licenciatura (a distância) não deva ater-se estritamente às demandas do mercado, no processo de avaliação, há que se considerar a realidade e as demandas sociais indicativas do perfil esperado do egresso.

Isto não significa a universidade afastada de um de seus objetivos maiores que é a transformação da realidade social através da formação de profissionais cientificamente competentes e comprometidos com a conquista de cidadania da população menos favorecida.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação dos alunos, em cada disciplina da matriz curricular, terá um momento presencial, em cada pólo, com aferição de conhecimentos por meio de uma prova ou outra atividade, também presencial, a ser definida pelo professor; e a distância, por meio das ferramentas do ambiente virtual de ensino e aprendizagem.

A prova presencial deverá ter um peso acima de 50% do total da média semestral do aluno. Os alunos deverão alcançar média igual ou superior a sete (7,0) ao final do semestre, considerando todos os itens de avaliação, para ser aprovado na disciplina. Os alunos que não lograrem média igual ou superior a sete (7,0) ao final do semestre, conforme dispõe o Guia do Estudante da UFSM, deverão submeter-se a avaliação final (exame), necessitando média aritmética igual ou superior a cinco (5,0) na soma da média parcial e da nota do exame para aprovação na disciplina. Nas disciplinas de Estágio Supervisionado a nota final deverá ser igual ou superior a sete (7,0), não havendo possibilidade de realização de exame, de acordo com o disposto nas Normas de Estágio.

Nas disciplinas em que reprovarem, os alunos poderão ser matriculados conforme o disposto na Resolução 05/97 da Universidade Federal de Santa Maria, com exceção das disciplinas de Estágio Supervisionado. Também haverá a possibilidade de cursarem as disciplinas reprovadas, em cursos presenciais ou na modalidade a distância, na própria UFSM ou em outras IES, cuja equivalência deverá obedecer ao previsto nas normas legais da UFSM.

RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos necessários para a oferta do Curso de Educação Especial – Licenciatura (a distância) são:

- professores para assumirem as disciplinas da matriz curricular do Curso, preferencialmente do quadro da UFSM;
- professores do quadro da UFSM para assumir a Coordenação do Curso e Coordenação de Tutoria;
- um funcionário técnico-administrativo em educação;
- um Coordenador por polo;
- tutores na UFSM e nos polos.

O número de tutores obedecerá ao previsto pela Universidade Aberta do Brasil. A carga horária prevista para cada tutor será de 20h. Considerando tutor aqueles que preencherem os requisitos previstos pela normativa da UAB, e que atendam ao perfil adequado para desempenhar as funções concernentes. Esses atuarão junto ao professor da disciplina na UFSM e aos alunos nos polos.

GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DO CURSO

O Curso será administrado por uma Coordenação Geral e por um Coordenador de Tutoria. O Coordenador do Curso deverá seguir as normas constantes do Regimento Geral da UFSM e do Regimento do CE, em consonância com seus pares para deliberar sobre assuntos referentes ao Curso. Ao Coordenador de Tutoria caberá a coordenação dos tutores presencial e a distância, conjuntamente com o Coordenador do Curso, e demais atribuições previstas nas normativas legais da UFSM.

O Colegiado do Curso seguirá a legislação vigente na UFSM.

RECURSOS MATERIAIS

Infraestrutura mínima existente nos municípios polos, como: laboratório de informática com acesso em banda larga disponível, sala de aula, biblioteca e espaço administrativo condizente.

SISTEMÁTICA DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Os alunos ingressantes no 1º semestre de 2017 cursarão a matriz curricular proposta. Os alunos ingressantes nos anos de 2012 e 2014 concluirão o Curso na matriz curricular vigente.

NORMAS DE ESTÁGIO

DESCRIÇÃO INICIAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado terá um total de quatrocentas e vinte (420) horas, que serão diluídas no sexto (6º) e oitavo (8º) semestres do Curso. Em cada um dos semestres citados, o aluno terá oportunidade de uma vivência prática com alunos surdos (6º semestre) e, posteriormente, com alunos com deficiência mental (8º semestre). Cada semestre terá um total de duzentos e dez (210) horas de Estágio Supervisionado.

Ao finalizar cada semestre o aluno deverá apresentar e defender um relatório para a Comissão de Avaliação do Estágio Supervisionado.

DISCIPLINAS DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Estágio Supervisionado – Surdez (4-10)

Estágio Supervisionado – Deficiência Mental (4-10)

REQUISITOS DE ACESSO

a) EAD - Estágio Supervisionado – Surdez (4-10)

Pré-requisitos de acesso – todas as disciplinas que compõem a matriz curricular até o 5º semestre do Curso.

b) EAD - Estágio Supervisionado – Deficiência Mental (4-10)

Pré-requisitos de acesso – todas as disciplinas que compõem a matriz curricular até o 7º semestre do Curso.

EMENTAS

a) EAD - Estágio Supervisionado – Surdez (4-10)

O contexto de atuação pedagógica. A proposta pedagógica. Regência em instituições de ensino. Relatório teórico-prático da regência.

b) EAD - Estágio Supervisionado – Deficiência Mental (4-10)

O contexto de atuação pedagógica. A proposta pedagógica. Regência em instituições de ensino. Relatório teórico-prático da regência.

DA IMPORTÂNCIA

Os Estágios Supervisionados do Curso de Educação Especial - Licenciatura (a distância) com alunos surdos e com deficiência mental têm sua importância na aplicação dos pressupostos teórico-práticos adquiridos ao longo do Curso, em desempenho

pedagógico por parte dos estagiários, capacitando-os para sua futura atuação profissional.

DOS OBJETIVOS

a) EAD - Estágio Supervisionado – Surdez (4-10)

Objetivos

Atuar pedagogicamente avaliando o processo de aprendizagem do aluno surdo, considerando os aspectos socioculturais, cognitivos, linguísticos, emocionais e psicomotores. Atuar pedagogicamente avaliando o contexto escolar para as transformações necessárias.

b) EAD - Estágio Supervisionado – Deficiência Mental (4-10)

Objetivos

Organizar a intervenção pedagógica junto ao aluno com deficiência mental, considerando os aspectos socioculturais, cognitivos, linguísticos, emocionais e psicomotores, e avaliar seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, bem como as transformações possíveis no contexto de escolarização.

DOS ASPECTOS LEGAIS

a) Razão da inclusão do Estágio Supervisionado no Currículo

A inclusão das disciplinas EAD - Estágio Supervisionado – Surdez e EAD - Estágio Supervisionado – Deficiência Mental na matriz curricular do Curso de Educação Especial, além das razões intrínsecas à própria natureza de um Curso de Licenciatura, ainda cumpre a exigência determinada na LDBEN 9394/96, CNE/CP 01 e 02 de 2002.

b) Condições para a realização do Estágio Supervisionado

Será realizada uma parceria entre a Coordenação do Curso de Educação Especial - Licenciatura (a distância), as Secretarias Municipais de Educação, Escolas ou Instituições privadas, e as Coordenadorias Regionais de Educação que englobam as cidades polos onde será ofertado o Curso, que deverão disponibilizar os locais de estágios. A Coordenação deverá promover encontros com os gestores e regentes de classe dos espaços onde serão realizados os estágios, de preferência no semestre anterior à realização dos mesmos para a exposição da organização, objetivos e dinâmica das atividades de estágio.

DAS CONDIÇÕES DE EXEQUIBILIDADE

Campos de Estágio

Os campos de estágio serão: escolas especiais públicas e privadas, Centros de Atendimento Especializado em Educação Especial, salas especiais de escolas públicas e privadas, escolas comuns/regulares, sala de apoio pedagógico especializado (sala de recursos/apoio/multifuncionais), classe hospitalar e serviço itinerante e domiciliar.

b) Recursos Humanos

- Professores formadores (orientadores de estágio a distância), coordenadores de polos presenciais, tutores e funcionário lotado na Coordenação do Curso de Educação Especial - Licenciatura (a distância).

- Professores das escolas pertencentes às Coordenadorias Regionais de Educação e Secretarias Municipais de Educação e outros professores regentes de sala que receberem os estagiários, que serão denominados de orientadores presenciais.

c) Recursos Materiais

Os recursos materiais deverão ser os já existentes e disponibilizados pelos polos presenciais no que tange à infraestrutura de laboratórios de informática e multimídia, bibliotecas, salas de estudos e secretaria administrativa.

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Orientação do Estagiário

A orientação do estagiário será dada pelo professor formador (Orientador de estágio) e tutores do Curso, ao longo do desenvolvimento das diferentes atividades realizadas no decurso do estágio, na proporção do que está determinado como atividade teórica na disciplina correspondente na matriz curricular. Os professores formadores (orientadores de estágio a distância) deverão ter dois encontros presenciais com os alunos por semestre. Os professores regentes dos espaços de realização do estágio serão os orientadores presenciais. Para tanto, deverá acontecer no início do semestre um encontro do professor formador (orientador de estágio a distância) com os orientadores presenciais (regentes de salas) para organização do estágio.

DA IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA DO ESTÁGIO

a) Realização das orientações

As orientações do estágio serão feitas pelo professor formador (orientador de estágio a distância) e professor orientador presencial (regente de sala). Para a orientação a distância deverão ser usadas as ferramentas disponibilizadas pelo ambiente virtual de aprendizagem que deverão permitir a devida interação com os alunos estagiários. Da mesma forma, dar-se-á a interação do professor formador com os orientadores presenciais (regentes de salas). Os tutores do Curso deverão auxiliar nas atividades solicitadas pelos orientadores de estágio.

a) Realização das atividades

As disciplinas correspondentes ao estágio, conforme acima referenciado terão horário de suas atividades fixadas pela Coordenação (oferta da disciplina), preferencialmente nos turnos da manhã ou tarde, podendo, entretanto, ser utilizado o período da noite, com vistas a propiciar ao estagiário as melhores condições para que possa observar, participar e desempenhar-se em todas as situações que digam respeito ao trabalho pedagógico com alunos que apresentem surdez ou deficiência mental.

c) Frequência

Para as atividades de estágio, será exigida a frequência mínima de 75%, conforme o estabelecido nas Normativas Gerais de Matrícula da UFSM e a Legislação Pertinente ao Sistema Acadêmico na UFSM.

d) Avaliação

O acompanhamento do desempenho e aproveitamento do estagiário relacionado a todas as atividades desenvolvidas será responsabilidade do professor formador (orientador do estágio a distância), devendo também utilizar-se o parecer emitido pelo professor orientador presencial (regente de sala) referente às atividades práticas desenvolvidas pelo estagiário. Para tanto, deverão estar contempladas nas atividades o proposto nos respectivos programas das disciplinas. Nos demais aspectos, a avaliação se procederá de acordo com o estabelecido nas Normativas Gerais de Matrícula da UFSM e a Legislação pertinente ao Sistema Acadêmico na UFSM.

Aprovação nas disciplinas de Estágio Supervisionado

De acordo com os objetivos correspondentes a cada atividade desenvolvida no estágio, deverão ser idealizados pertinentes instrumentos de avaliação, os quais, aplicados em época previamente determinada, darão informações gerais sobre a validade do estágio. Para realização da avaliação, serão levados em conta aspectos tais como: infraestrutura do estágio e respectivas atividades docentes e discentes. Estará aprovado nas disciplinas de Estágio Supervisionado, a par da frequência mínima exigida, o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 7(sete), resultante das avaliações que dizem respeito às atividades teórico-práticas previstas nos programas das disciplinas, dentro desta a apresentação e a defesa do relatório.

Exames de recuperação

Não haverá realização de exames de recuperação para os alunos que não conseguirem aprovação nas disciplinas de Estágio Supervisionado nos moldes já descritos, devendo os mesmos, em tais circunstâncias, cursar novamente as referidas disciplinas.

Relatórios de estágio

Os relatórios correspondentes às disciplinas: EAD - Estágio Supervisionado – Surdez e EAD - Estágio Supervisionado – Deficiência Mental deverão ser entregues nos prazos estabelecidos no cronograma de atividades elaborado pelo professor formador (orientador do estágio a distância) e disponibilizado no ambiente virtual de ensino e aprendizagem, respeitando as normas da UFSM. Os relatórios deverão ser apresentados e defendidos publicamente perante banca composta pelo professor orientador e mais um profissional da área da Educação, preferencialmente, da Educação Especial.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA DO ESTÁGIO

As presentes normas serão dadas a conhecer e fornecidas aos alunos matriculados no estágio, no início do desenvolvimento do mesmo.

a) Competirá ao Coordenador do Curso tomar as providências cabíveis destinadas à elaboração da oferta das disciplinas EAD - Estágio Supervisionado – Surdez e Estágio

Supervisionado - Deficiência Mental.

b) O aproveitamento escolar, correspondente às disciplinas: EAD - Estágio Supervisionado – Surdez e EAD - Estágio Supervisionado – Deficiência Mental, deverá ser encaminhado ao DERCA, pelos professores responsáveis pelo estágio, nos prazos estabelecidos pelo calendário escolar.

c) As presentes normas poderão ser modificadas por iniciativa do Colegiado do Curso, obedecidos os trâmites legais vigentes.

d) Os casos omissos, depois de analisados pelo Coordenador do Curso, serão julgados pelo Colegiado do Curso, que dará o devido encaminhamento aos órgãos competentes, quando a correspondente decisão escapar de sua esfera de ação.

e) As presentes normas, juntamente com o restante do Projeto Pedagógico do Curso, entram em vigor a partir da aprovação pelo Colegiado do Curso, Conselho do Centro de Educação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CEPE.